



Ensino Fundamental

9º ano

Geografia

Manual exclusivo do aluno

Capítulo 1

O Mundo Multipolar e as Guerras Mundiais do Século XX

Entre meados do século XIX e o final da **Segunda Guerra Mundial** (1939-1945), vários Estados disputavam a hegemonia no mundo.

Nesse cenário, Reino Unido e França (países industriais que tinham se consolidado como potências imperialistas), Alemanha, Japão, Estados Unidos e Rússia competiam pela ampliação de mercados compradores de seus produtos industrializados e por fontes de matérias-primas para suas indústrias.

Assim, prevalecia a chamada Ordem Mundial Multipolar, ou seja, havia distintos polos ou centros de poder no cenário internacional.

A partir de agora, você vai conhecer os principais fatos e acontecimentos que marcaram esse período e a forma como eles levaram à chamada **Guerra Fria** — quando a ordem mundial tornou-se bipolar.

Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

A Primeira Guerra Mundial resultou de um conjunto de acontecimentos relacionados à disputa por mercados entre potências industriais que, organizadas em alianças políticas e militares, buscaram defender seus interesses econômicos e ampliar sua influência política, cultural e militar no mundo.

De um lado do conflito estava a Tríplice Entente (Reino Unido, França e Rússia) e do outro, a Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e o Império Austro-Húngaro), que acabou derrotada. Em novembro de 1917, após a revolução socialista, a Rússia abandonou a guerra e, depois de uma guerra civil, adotou, em 1922, o nome de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Os Estados Unidos, por sua vez, entraram na guerra em 1917 e, com enorme poderio bélico, tiveram papel decisivo na vitória da Tríplice Entente.

Segunda Guerra Mundial

Em 1929, quando a economia mundial ainda era dominada pelas disputas imperialistas, o mundo foi surpreendido pela crise econômica provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova York. Até então, os Estados Unidos tinham financiado e fornecido produtos às principais nações europeias atingidas pelos conflitos da Primeira Guerra Mundial.

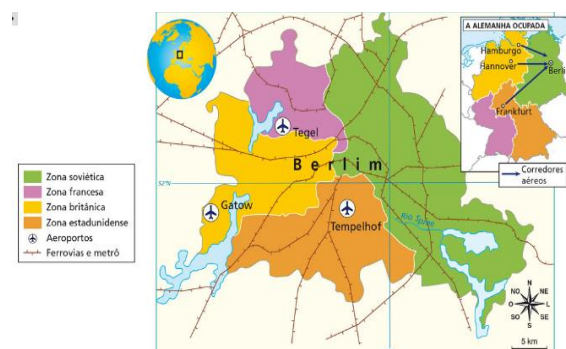
Na Alemanha e na Itália, em particular, o fim dos investimentos estadunidenses decorrentes da Crise de 1929 ocasionou o fechamento de inúmeras indústrias, agravando ainda mais o desemprego e o empobrecimento da classe média e da classe trabalhadora. Esse cenário facilitou a ascensão do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, cujos líderes prometiam à população melhores dias e um Estado forte e respeitado.

Nesse contexto, ao qual ainda se somavam questões mal resolvidas pelos tratados de paz estabelecidos após a Primeira Guerra Mundial, eclodiu a Segunda Guerra Mundial. O confronto se deu entre duas grandes coalizões militares: a dos Países Aliados (Estados Unidos, Reino Unido, França e União Soviética) e a dos Países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão).

Em solo europeu, depois de intensas batalhas em terra, mar e ar, a Itália foi derrotada em 1943, e as forças alemãs se renderam em maio de 1945. Em solo asiático, a guerra terminou somente em agosto de 1945, com o lançamento das bombas atômicas pelos Estados Unidos sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Logo após a rendição alemã, em maio de 1945, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação, controladas pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França.

Zonas de ocupação de Berlim e da Alemanha - 1947



Capitalismo X Socialismo

Com o término da Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais entre países passaram a ser influenciadas pelas disputas por poder entre duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética — situação que durou quase 45 anos.

A Expansão do Socialismo

Enquanto a Alemanha permaneceu dividida e administrada em zonas de ocupação após a derrota na Segunda Guerra Mundial, o Socialismo — sistema político e econômico com base na coletivização dos meios de produção, no fim da

propriedade privada e das classes sociais e no planejamento estatal da economia — expandiu-se principalmente para os países da Europa Oriental, ou Leste Europeu, como Iugoslávia (1945), Albânia (1946), Bulgária (1946), Polônia (1947), Romênia (1947), Tchecoslováquia (1948) e Hungria (1949).

Na Alemanha, a porção oriental do território, então ocupada pelos soviéticos, tornou-se socialista em 1949 e passou a ser denominada oficialmente República Democrática Alemã (RDA), conhecida também como **Alemanha Oriental**.

A porção ocidental, então ocupada por Estados Unidos, Reino Unido e França, permaneceu capitalista e passou a ser chamada de República Federal Alemã (RFA), ou **Alemanha Ocidental**.

A cidade de Berlim foi dividida em zonas de ocupação. Sob o pretexto de impedir a fuga de mão de obra especializada para o lado ocidental, o governo da Alemanha Oriental construiu o **Muro de Berlim**, dividindo as duas porções da cidade. A construção, iniciada em 1961, foi concluída em 1973.

A União Soviética tinha interesse na implantação do socialismo nos países da Europa Oriental, pois eles:

- ✓ Passariam a formar um bloco político e ideológico alinhado com os interesses soviéticos, opondo-se assim aos Estados Unidos e aos países capitalistas europeus na disputa pela hegemonia mundial;
- ✓ Teriam sua economia e seu mercado servindo ao crescimento econômico da URSS;
- ✓ Formariam um “escudo” ou fariam o papel de “Estados-tampão” contra as ameaças dos países capitalistas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos ao desenvolvimento do Socialismo Soviético, formando uma “cortina de ferro” que protegeria seu território.

Diante do avanço do Socialismo na Europa Oriental, os Estados Unidos e aliados ocidentais assistiram ao fortalecimento da União Soviética, que se tornava uma superpotência rival, cujo objetivo era expandir sua área de influência no mundo.

Nesse contexto, os Estados Unidos anunciaram, em 1947, a Doutrina Truman — um marco importante no rompimento das relações entre esse país e seus aliados com a União Soviética —, e, em 1948, o Plano Marshall, dando início ao período histórico das relações internacionais conhecido como Guerra Fria, que durou 42 anos, entre 1947 e 1989.

A Guerra Fria

A Guerra Fria foi um confronto indireto entre os Estados Unidos e a União Soviética. Apesar dos investimentos militares, não houve confronto armado entre as duas superpotências.

No final da década de 1940, esses dois países já detinham armas nucleares, e a corrida armamentista manteve a população mundial com receio de uma Terceira Guerra Mundial. Em razão disso, o período da Guerra Fria também ficou conhecido como o do “equilíbrio do terror”.

Vários acontecimentos marcaram esse período tenso das relações internacionais, entre eles a formação de alianças militares das superpotências com outros países, visando garantir e ampliar suas áreas de influência. Essa iniciativa foi decisiva para estruturar um **mundo bipolar**, caracterizado pela disputa entre o bloco de países capitalistas (liderado pelos Estados Unidos) e o dos países socialistas (liderado pela União Soviética).

OTAN e Pacto de Varsóvia

Em 1949, sob liderança dos Estados Unidos, foi criada a **OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)**, aliança militar destinada a garantir a existência do sistema capitalista na Europa Ocidental e a defesa das liberdades democráticas com a colaboração dos países-membros. A partir de 1957, esses países entregaram à OTAN equipamentos de guerra, inclusive armas atômicas, para reforçar a defesa do Ocidente.

Em 1955, o Bloco Socialista liderado pela União Soviética, em resposta à criação da OTAN, estabeleceu o **Pacto de Varsóvia** (Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental), uma aliança militar com objetivos semelhantes aos da OTAN.

Corrida Armamentista e Espacial

Durante o período da Guerra Fria, a Corrida Armamentista e espacial foi uma maneira encontrada pelas duas superpotências para demonstrar a eficiência e a superioridade dos modelos de sociedade que defendiam.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética canalizou quase todos os seus recursos financeiros e materiais para a pesquisa científica, prioritariamente para o setor aeroespacial e militar. Nos Estados Unidos, havia muito interesse financeiro e econômico das indústrias na aceleração dos programas bélicos ou militares e aeroespaciais.

O desenvolvimento de tecnologia militar de ponta, com a manutenção de grande arsenal de mísseis nucleares, abriu as portas para a conquista espacial.

Na década de 1950, os soviéticos saíram à frente ao lançar o satélite artificial Sputnik I, em 4 de outubro de 1957. Logo depois, em 31 de janeiro de 1958, os estadunidenses equiparariam esse feito espacial lançando o Explorer I.

Esses foram apenas os primeiros passos de uma competição acirrada entre as duas superpotências, que ambicionavam realizar a primeira viagem espacial com tripulação humana. Nessa corrida, os soviéticos mais uma vez assumiram a dianteira em 12 de abril de 1961, quando lançaram o cosmonauta Yuri Gagarin para uma viagem na órbita da Terra, ao passo que os Estados Unidos conquistaram o mesmo êxito somente no mês seguinte, quando enviaram o astronauta Alan Shepard.

A corrida espacial culminou em 1969, quando os Estados Unidos levaram os astronautas integrantes da Missão Apollo 11 à Lua. Depois disso, uniram esforços aos soviéticos para conduzir a exploração espacial por meio de projetos de cooperação, fato que resultou no encontro no espaço das espaçonaves Apollo 18 (Estados Unidos) e Soyuz 19 (União Soviética) em 17 de julho de 1975. Esse acontecimento marcou o fim da corrida espacial. No entanto, a disputa entre as superpotências pela hegemonia e pela ampliação de áreas de influência no mundo persistiu até 1985, aproximadamente.

A crise do Socialismo

A partir da década de 1980, várias mudanças no cenário político internacional levaram à gradual transformação do mundo bipolar. Em 1985, Mikhail Gorbachev subiu ao poder na União Soviética e revelou à sociedade soviética e ao mundo a situação do socialismo real. Além de acordos com o governo dos Estados Unidos para a redução dos arsenais atômicos dos dois países, Gorbachev promoveu reformas econômicas e políticas nas repúblicas soviéticas. Com isso, procurou superar insatisfações sociais internas decorrentes da escassez de alimentos e de bens de consumo (vestuário, aparelhos eletroeletrônicos etc.), promoveu a libertação de presos políticos, acabou com a censura e permitiu a organização de novos partidos políticos e eleições livres — enfim, tornou o socialismo democrático —, o que, paradoxalmente, acelerou o seu fim.

O Fim da Guerra Fria

No contexto da crise vivida pela economia soviética, que também repercutia em outros países do bloco socialista, e da abertura política promovida por Gorbachev, a Alemanha Oriental iniciou, em 1987, uma aproximação com a

Alemanha Ocidental. Entre outros fatores, isso contribuiu para a derrubada do Muro de Berlim, em 1989. No ano seguinte, a Alemanha reunificou-se, pondo fim ao Socialismo que vigorava na Alemanha Oriental.

Esses eventos, com forte participação popular, impulsionaram a queda dos governos socialistas nos países do Leste Europeu. Em meio a crises políticas, econômicas e sociais, Gorbachev renunciou ao poder na União Soviética em dezembro de 1991, quando o país deixou de existir.

As quinze repúblicas que a compunham tornaram-se Estados independentes; onze delas se associaram e formaram a Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Capítulo 2

Os Estados Unidos e o Mundo Unipolar

Nos dez primeiros anos após o fim da Guerra Fria, sem mais ter a União Soviética como contrapeso à sua influência no mundo, os Estados Unidos iniciaram uma escalada de guerras e intervenções em conflitos internacionais, consolidando seu enorme poderio militar, cultural e econômico, além de ampliar sua capacidade de influenciar nações e organizações internacionais.

Nesse contexto, constituiu-se uma ordem mundial **unipolar** ou **monopolar**, na qual a hegemonia global dos Estados Unidos tornou-se indiscutível, apesar da existência de outras potências mundiais (França, Alemanha, Rússia, China e Japão) e regionais (África do Sul, Brasil, Índia e Irã).

A Política Unilateral

Diante desse poderio político, econômico e bélico estadunidense, alguns estudiosos passaram a chamar o país de **hiperpotência**. Principalmente durante as administrações do ex-presidente George W. Bush (2001-2005 e 2005-2009), a expressão **unilateralismo** designou a maneira como foi conduzida a política externa desse país.

Em diversas questões que afetam o mundo, como as energéticas e ambientais, as decisões tomadas por esse governo deixaram marcada uma conduta política internacional conflitante com os princípios do multilateralismo.

Nos campos político, econômico e, em particular, militar, esse unilateralismo acentuou-se depois dos atentados terroristas ao país em 11 de setembro de 2001.

O Terrorismo e o 11 de Setembro

Em diferentes períodos históricos, o terror foi usado para obter poder ou para não perdê-lo.

Originalmente, o termo foi empregado para designar uma prática de governo, o chamado **terrorismo** de Estado, que, por meio de atentados, extorsões e tortura, procura intimidar a população e manter os mesmos governantes no poder.

Mais recentemente, o terrorismo — que não deve ser confundido com fundamentalismo islâmico — pode ser entendido como o modo pelo qual grupos políticos impõem sua vontade pela prática de atos violentos.

Movidas muitas vezes por radicalismo político e religioso, as ações terroristas constituem especialmente atentados violentos contra dirigentes políticos e contra a população civil,

geralmente com a finalidade de conseguir publicidade para os objetivos políticos do grupo que as promove.

O caso mais marcante ocorreu em 11 de setembro de 2001, quando quatro aviões com passageiros foram sequestrados. Dois deles tiveram suas rotas alteradas para atingir as duas torres de um dos principais símbolos dos Estados Unidos: o World Trade Center, em Nova York, onde estavam localizadas sedes de grandes empresas. Outro avião sequestrado atingiu o edifício do Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, situado próximo à capital, Washington. O quarto avião caiu na Pensilvânia após os passageiros e a tripulação tentarem retomar o controle da aeronave, que estava a caminho de Washington, D.C. Todos os que estavam nos aviões morreram.



Os atentados resultaram na morte de mais de 3 mil pessoas, paralisaram o país e causaram perplexidade e sentimento de insegurança em todo o mundo, pois ficou aparente a fragilidade da hiperpotência mundial, cuja tecnologia de defesa era julgada infalível.

Com a população assustada pelo acontecimento, o governo estadunidense, após buscas feitas por suas agências de inteligência, identificou o responsável: o líder saudita Osama Bin Laden — desafeto do país naquele momento, mas antigo aliado dos Estados Unidos quando da ocupação soviética do Afeganistão (1979-1989). Bin Laden foi treinado pela CIA (Agência Central de Inteligência) e teve papel importante na derrota soviética no Afeganistão no tempo da Guerra Fria.

A partir de 1990, Bin Laden passou a demonstrar crescente insatisfação com as ações da política externa dos Estados Unidos, que mantinha forte presença na Arábia Saudita (sua terra natal), inclusive com bases militares, e a posição estadunidense favorável a Israel nos conflitos com os palestinos.

Desde então, a qualificação de Bin Laden passou de “guerreiro da liberdade” para “terrorista”. Depois de viver refugiado por quase 10 anos, o líder

saudita foi localizado e morto por militares estadunidenses em maio de 2011.



Os atentados de 11 de setembro de 2001 alteraram completamente o cenário político internacional e resultaram numa escalada sem precedentes da força militar dos Estados Unidos no mundo. Uma das consequências diretas foi o aumento das despesas militares desse país, que haviam sido reduzidas entre 1985 e 2000 em relação aos períodos mais turbulentos da Guerra Fria: em 2010, por exemplo, elas representaram 43% das despesas militares mundiais e, em 2012, declinaram para 39%. Entre outros efeitos, os atentados impulsionaram a implantação da chamada **Doutrina Bush**, que incluiu a estratégia da guerra preventiva, ou seja, a decisão unilateral (sem consulta à ONU ou a outros organismos internacionais) do uso de força militar contra qualquer país que representasse ameaça à segurança dos Estados Unidos.

Em 2001, o Reino Unido também adotou leis antiterroristas que permitiram deter por tempo indeterminado e sem acusação qualquer estrangeiro suspeito de constituir ameaça à segurança do país. O brasileiro Jean Charles de Menezes foi uma das vítimas dessa política. Em julho de 2005, suspeito de ser um homem-bomba, foi morto equivocadamente por policiais ingleses no metrô de Londres.

Afganistão e Iraque

No plano internacional, o Afeganistão foi eleito o foco inicial da primeira campanha militar da chamada Operação Liberdade Duradoura, deflagrada pelo governo de George W. Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001. Esse país asiático supostamente abrigava Osama Bin Laden e seu grupo, a Al-Qaeda, protegidos por outro grupo ultrarradical, o Talibã, milícia que havia assumido o governo afgão em 1996.

A ofensiva militar liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão em 2001, em parceria com o Reino Unido, levou à ocupação militar do país (2001-2014), cujo comando, em 2002, passou a ser da OTAN. Desde 2009, o sucessor de Bush, Barack Obama, deu continuidade ao combate ao terrorismo.

É importante destacar que a invasão, além do objetivo de combater o terrorismo, buscou garantir os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos. Ela possibilitou o aumento da presença de suas forças militares no mundo e, particularmente, o reposicionamento de suas bases militares na Ásia Central, cercando-a em boa parte e sobrepondo-se à histórica influência da Rússia nessa área geográfica, além do controle de imensas jazidas petrolíferas e de gás natural existentes na região.

Menos de dois anos após a investida militar no Afeganistão, os Estados Unidos iniciaram, com apoio do Reino Unido, Espanha, Austrália e Polônia, a invasão e a ocupação militar do Iraque em 20 de março de 2003. Unilateral, a ação também ocorreu sem prévia consulta, negociação ou respeito a opiniões e decisões de outros governos e organismos internacionais (principalmente a ONU). Baseou-se na alegação infundada de que o Iraque produzia e armazenava armas químicas e biológicas de destruição em massa, além de possuir ligações com a Al-Qaeda.

Mesmo sem o apoio da ONU, a ocupação resultou na deposição de Saddam Hussein, mais tarde julgado por crimes de guerra e contra a humanidade, e condenado à morte em 2006.

Também no caso do Iraque, analistas afirmam que a invasão e a ocupação do país tiveram como fator preponderante o interesse pelo petróleo iraquiano, pois o país é detentor de grandes jazidas.

Em âmbito internacional, a longa presença militar dos Estados Unidos no Iraque, além de ter estimulado os movimentos radicais de resistência no país, pode ter intensificado a atuação de outros.

Compreensão

1. Explique a diferença entre a Ordem Mundial Multipolar e a Ordem Mundial Bipolar.

2. O que foi a chamada Guerra Fria? Por que ela recebeu essa denominação?

3. O que representou a queda do Muro de Berlim, em 1989?

4. Pode-se afirmar que as expressões “Europa Ocidental” e “Leste Europeu” ou “Europa Oriental” guardam relações com a organização geopolítica no

período após a Segunda Guerra Mundial? Justifique sua resposta.

5. O que representou para a geopolítica mundial o fim da União Soviética?

6. Explique os termos “unilateralismo” e “multilateralismo” em política internacional.

7. Com relação à Doutrina Bush, responda:

a) Qual foi o contexto de seu estabelecimento?

b) Em que consiste a noção por ela instituída de “guerra preventiva”?

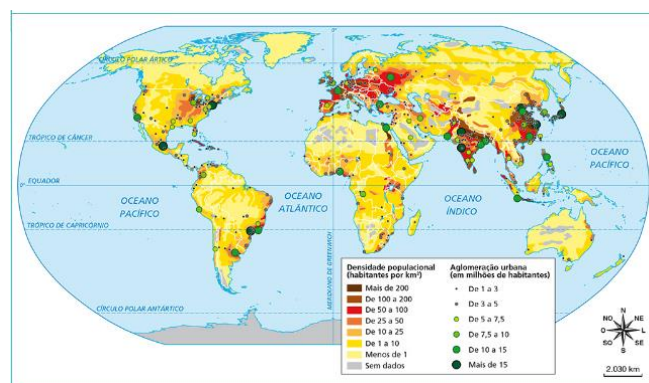
c) De que maneira a invasão do Iraque (2003) reflete a política externa unilateral baseada nessa doutrina?

Capítulo 3

A Distribuição da População Mundial

A população mundial não está distribuída de modo uniforme no planeta. Os grandes vazios demográficos ocorrem nas zonas de clima polar frio, desértico e equatorial úmido — coberta por florestas densas — e em regiões de altas montanhas. Em contraste, cerca de 90% da população mundial vive principalmente nas zonas costeiras com climas amenos, ao longo dos grandes rios do Hemisfério Norte e em planícies e vales férteis de baixa altitude.

Além dos fatores físicos, os históricos e econômicos também ajudam a compreender essa distribuição desigual da população mundial. Assim, zonas povoadas desde tempos antigos (como o sudeste da Ásia e a Europa) apresentam atualmente densidade demográfica elevada — herança do longo processo de povoamento.



O Crescimento da População Mundial

Durante períodos da história da humanidade, como a Idade Média, guerras e epidemias foram os principais fatores da baixa taxa de crescimento demográfico. Desse modo, até o século XVIII, a população mundial cresceu em ritmo moderado.

No século XIX, a melhora das técnicas agrícolas contribuiu para o aumento da produção de alimentos e a redução da fome em muitos países. Como resultado, o ritmo de crescimento populacional acelerou-se: no início do século XX a Terra abrigava 1,7 bilhão de pessoas.

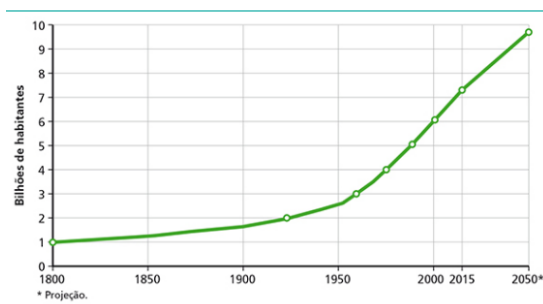
Após a Segunda Guerra Mundial, novas descobertas na área da saúde (como vacinas e antibióticos) possibilitaram quedas acentuadas nas taxas de mortalidade geral das populações.

Entretanto, principalmente nos países menos desenvolvidos, o declínio das taxas de mortalidade não foi acompanhado de reduções das taxas de natalidade, o que resultou em um aumento significativo do crescimento populacional mundial, fato que ficou conhecido como Explosão Demográfica.

Na virada para o século XXI, o mundo já contava mais de 6 bilhões de habitantes e, em meados de 2015, a população mundial atingiu 7,3 bilhões.

De acordo com estudos da ONU, nos últimos anos o ritmo de crescimento da população mundial tem diminuído; porém, estima-se que até 2050 ultrapassaremos a marca de 9,7 bilhões de habitantes.

Mundo – crescimento da população – 1800 – 2050



Crescimento desigual da População Mundial

Os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos não têm participação igual no crescimento da população mundial. A **taxa de crescimento vegetativo** nos países desenvolvidos tem girado em torno de 0,2% ao ano ou é até mesmo negativa (-0,2%, na Alemanha), enquanto em países menos desenvolvidos ela tem estado, de modo geral, acima de 2% anuais, motivo pelo qual se estima que, em 2050, 85% da população mundial viverá nesses países. Esse contraste pode ser explicado pelas taxas demográficas, que, nos dois conjuntos de países, são muito diferentes.

Populações: Perfil Interno e Disparidades

Nos países desenvolvidos, as baixas taxas de fecundidade, somadas ao aumento da expectativa de vida ao nascer, vêm elevando a proporção de idosos e reduzindo a de jovens. Embora essa seja uma tendência mundial, o envelhecimento da população afeta principalmente países europeus, gerando maiores gastos com as obrigações devidas pelos governos aos aposentados, além de uma diminuição rápida e progressiva da PEA (População Economicamente Ativa).

Os países menos desenvolvidos contam, geralmente, com maior contingente de jovens, o que representa mais gastos dos governos com escolarização, além da necessidade de criar mais empregos para atender ao maior número de pessoas em busca de uma ocupação no mercado de trabalho.

Outro índice demográfico que revela as disparidades entre os blocos de países

desenvolvidos e menos desenvolvidos é a mortalidade infantil.

Mundo – taxa de Mortalidade Infantil – 2013



As Migrações Internacionais

A migração internacional acontece quando um indivíduo ou uma família deixa seu país para residir em outro por pelo menos um ano.

Embora constitua um fenômeno antigo, acelerou-se nos últimos 45 anos, acompanhando as tendências da globalização. Atualmente, cerca de 230 milhões de pessoas (3% da população mundial) vivem fora de seu país de origem.

As migrações internacionais podem ocorrer por diversos motivos; por exemplo, em razão da transferência de profissionais para filiais de empresas em outros países ou da busca em outro país de melhores condições de vida. As que mais chamam a atenção, no entanto, são aquelas que refletem as desigualdades socioeconômicas entre os países.

Imigrantes e Refugiados

É importante saber que os termos imigrantes e refugiados não são sinônimos.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), criado em 1950 com o objetivo de prestar assistência a refugiados em todo o mundo, refugiados são pessoas que se veem obrigadas a abandonar seu país por temerem serem perseguidas, maltratadas ou assassinadas por motivos étnicos, religiosos, ideológicos ou políticos, ou ainda por motivos de catástrofes naturais.

Portanto, eles são diferentes dos **imigrantes**, que deixam seu país voluntariamente.

Existem, também, os chamados **deslocados internos**, que migram pelos mesmos motivos dos refugiados, mas para outras localidades ou regiões dentro de um mesmo país.

Antiterrorismo e Xenofobia

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, em que aviões sequestrados atingiram as torres gêmeas do World Trade Center,

em Nova York, e o edifício do Pentágono, em Washington, vários países europeus adotaram leis mais rígidas para controlar a entrada de imigrantes, seguindo, até mesmo, medidas de vigilância antiterrorismo postas em prática nos Estados Unidos. Grupos de imigrantes de diferentes procedências sofreram as consequências da adoção dessas medidas.

No decorrer do ano de 2008 e nos anos posteriores, vários líderes políticos da União Europeia defenderam maior restrição à imigração em todo o continente, envolvendo sanções para a entrada de latino-americanos e medidas que facilitassem a deportação dos ilegais.

Governos latino-americanos e ONGs dedicadas à defesa dos direitos humanos expressaram profundas críticas a essas novas leis, classificando-as de racistas e marcadas por xenofobia, pois elas ferem claramente os direitos humanos, moldados pelos próprios europeus.

Capítulo 4

População Mundial: Cidades e Consumo

O Crescimento da População Urbana e as Megacidades

Até o início do século XIX, a população mundial residente nas cidades não havia atingido 7% da população total. Cerca de dois séculos depois, em 2008, pela primeira vez na história constataram-se que a população urbana havia ultrapassado os 50% (cerca de 3,3 bilhões de pessoas). Segundo previsões da ONU, esse número chegará a 4,9 bilhões em 2030, evidenciando uma redução expressiva da população rural.

Essas previsões preocupam. Estima-se que, nas próximas décadas, o crescimento urbano nos países desenvolvidos não será muito elevado (de 870 milhões para 1,01 bilhão de pessoas, ou seja, cerca de 13%); entretanto, duplicará principalmente em países da Ásia e África em apenas 10 ou 15 anos. Assim, uma parcela cada vez maior da população mundial estará exposta à pobreza, ao desemprego e aos riscos ambientais associados à urbanização acelerada, como a deficiência de saneamento básico.

Segundo a ONU, cerca de 30% da população urbana mundial é pobre, cerca de 1 bilhão de pessoas moram em áreas irregulares e habitações precárias e entre 20 e 40 milhões de famílias não têm moradia. A falta de emprego é outro grave problema, levando 37% dos moradores de áreas urbanas a trabalhar na informalidade. Além disso, caso seja confirmada a previsão de que, até a metade do século XXI, a população urbana será multiplicada por dois, a produção agrícola também poderá sofrer forte impacto.

Os problemas associados à urbanização serão mais graves nas chamadas megacidades e megalópoles – grandes aglomerações urbanas formadas por metrópoles ou grandes cidades cujos limites se interpenetram no espaço por elas ocupado.

Em 1950, Nova York e Tóquio eram as duas megacidades no planeta; em 2007, havia dezenove, a maioria concentrada nos países menos desenvolvidos, onde os problemas econômicos, sociais e ambientais são graves (desemprego, poluição, trânsito, violência, carência de transporte público, de saneamento básico etc.).

Nas próximas décadas, os países emergentes e os menos desenvolvidos serão os principais geradores de megacidades, enquanto o crescimento desse tipo de aglomeração urbana nos países desenvolvidos tenderá à estabilização.

As Cidades Globais

As chamadas cidades globais ou mundiais desenvolveram-se nos últimos 25 anos do século XX. São verdadeiras “portas de entrada” para os hábitos de consumo difundidos mundialmente nos países onde estão localizadas e têm ampla capacidade de influenciar essa difusão.

Isso não se deve à grande população ou à extensão que possuem, mas sim ao fato de polarizarem diversos fluxos mundiais (mercadorias, capitais, informações etc.) e de formarem uma rede responsável por tomadas de decisões que afetam a organização das regiões dos países onde estão situadas, e podem adquirir proporções continentais e globais.

A rede de cidades globais funciona de acordo com uma rígida hierarquia e reflete, de certo modo, a importância econômica, financeira, política, cultural e tecnológica de cada país onde se situa no contexto do sistema capitalista mundial.

Além de concentrar sedes de empresas transnacionais, grandes companhias de comércio exterior, prestadoras de serviços jurídicos e financeiros internacionais, cada cidade global deve dispor de várias atividades essenciais ao funcionamento do sistema capitalista mundial, como: instituições financeiras, bolsas de valores, empresas de propaganda e *marketing*, firmas de consultoria e seguros e centros de pesquisa.

Turismo e Consumo dos Lugares

Como as migrações internacionais, o turismo internacional constitui um tipo de fluxo mundial que envolve a circulação de grande número de pessoas entre as fronteiras de diferentes Estados.

O turismo tem apresentado crescimento contínuo desde meados do século XX, em razão de fatores como o crescimento da renda em muitos países, a mudança no comportamento de parte da população, que passou a priorizar as viagens de lazer, a oferta de transporte mais rápido e mais barato, e a simplificação dos trâmites em fronteiras e alfândegas.

Porém, o turismo não traz somente benefícios, como fonte de renda e geração de empregos. Ele também pode causar impactos ambientais e socioculturais.

Em todo o mundo, e principalmente nos países menos desenvolvidos, vários estudiosos das atividades turísticas alertam sobre os danos que elas podem causar ao solo, ao ar, à água, à vegetação e à vida selvagem.

No Quênia, por exemplo, a demanda por *resorts* e hotéis turísticos tem resultado na destruição de manguezais e em danos aos recifes de corais.

Os estudiosos ainda alertam sobre os diversos danos socioculturais que as atividades turísticas podem causar às comunidades receptoras, como possíveis mudanças nas culturas tradicionais para adequação à produção voltada aos turistas e o aumento da desigualdade social caso a criação de empregos e infraestrutura seja direcionada às atividades turísticas e não consiga beneficiar toda a população, entre outros.

Compreensão

Leia as descrições dos personagens A, B, C e D, e identifique-os de acordo com as categorias: imigrante ilegal, deslocado interno, refugiado e turista internacional. Depois, responda às questões.

A

Origem: Somália

Destino: Cairo (Egito)

Motivo da Migração: Guerras na Somália

B

Origem: Argentina

Destino: Tóquio (Japão)

Motivo da Migração: trabalho e lazer por seis meses.

C

Origem: China

Destino: Los Angeles

Motivo da Migração: trabalho, mas é privado de Direitos Políticos e Sociais.

D

Origem: Cidade do México

Destino: Cancún (México)

Motivo da Migração: Terremoto

1. Quais desses personagens migraram para cidades globais?

2. A que grupo pertencem essas cidades globais no que diz respeito ao nível de influência mundial?

3. De acordo com o mesmo critério da questão anterior, qual é a classificação da Cidade do México?

4. Por que a população mundial não está distribuída de modo uniforme em todo o globo? Explique.

5. Explique o processo de crescimento populacional que resultou em uma explosão demográfica após a Segunda Guerra Mundial.

6. Em relação à demografia dos países desenvolvidos e menos desenvolvidos, principalmente os menos avançados, responda:

De modo geral, esses países apresentam índices demográficos opostos. Explique-os.

7. Que outro indicador pode ser considerado para salientar as disparidades sociais entre esses dois blocos de países?

8. Caracterize megacidade e megalópole.

9. Diante das previsões da ONU para o crescimento urbano acelerado, principalmente nos países menos desenvolvidos, suas populações estarão expostas a que problemas?

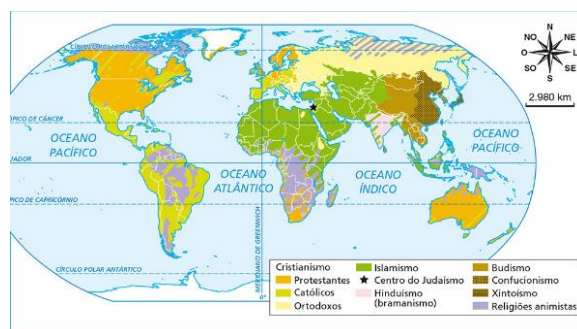
10. Explique o que são Cidades Globais.

Capítulo 5

Principais Religiões do Mundo

As religiões são um dos aspectos que refletem a diversidade cultural da população mundial. Constituem elemento essencial da vivência humana nos cinco continentes, criam e sustentam múltiplas formas de relacionamento entre diferentes pessoas e sociedades, além de influenciar os mais variados acontecimentos políticos e geopolíticos mundiais.

Embora existam várias religiões, vamos abordar apenas três delas — o cristianismo, o islamismo e o hinduísmo —, escolhidas com base na abrangência geográfica e no número de seguidores que apresentam.



Cristãos e Islâmicos

Conforme observado, o Cristianismo e o Islamismo são as religiões mais difundidas no planeta — 31,5% da população mundial é cristã, e 23,2% das pessoas seguem os princípios islâmicos.

O Cristianismo, o Islamismo e o Judaísmo são as principais religiões monoteístas, ou seja, que sustentam a crença em um único Deus. Em comum, apresentam o fato de terem surgido na Ásia, continente que também foi o berço de outras religiões, como a hindu (hinduísmo), as chinesas (budismo, confucionismo e taoísmo) e a japonesa (xintoísmo).

O Cristianismo é a religião com o maior número de seguidores — mais de dois bilhões. Ao longo de sua história, esse credo, que promove os ensinamentos de Jesus Cristo, foi cindido entre cristãos ortodoxos ou do Oriente e cristãos do Ocidente, que, por sua vez, também se dividiram em católicos e protestantes.

A *Bíblia*, livro sagrado dos cristãos, contém o *Antigo Testamento* (anterior a Cristo), no qual estão reunidos escritos que mostram as relações de Deus com o povo judeu, e o *Novo Testamento* (posterior a Cristo), no qual está registrada a vida de Jesus Cristo.

O Islamismo é a religião que mais cresce mundialmente — em torno de 15% ao ano — e é a segunda maior em número de fiéis — cerca de

1,6 bilhão —, chamados muçulmanos ou maometanos.

Fundado pelo profeta Maomé há 1.400 anos, no século VII, na atual Arábia Saudita, o islamismo difundiu-se para outras regiões do Oriente Médio, alguns países do norte da África e do sul da Europa. Hoje é a religião majoritária em muitos países da África Subsaariana, da Ásia Central e do Sudeste Asiático.

Os países com os maiores contingentes de população islâmica não são os localizados no Oriente Médio, onde a religião surgiu, mas em outras partes da Ásia. O maior país islâmico do mundo é a Indonésia, com 210 milhões de muçulmanos, seguida por Índia (176 milhões), Paquistão (167 milhões) e Bangladesh (134 milhões).

Os muçulmanos, como outros grupos religiosos, têm seus lugares sagrados, entre os quais se destacam as cidades de Meca, Medina e Jerusalém, localizadas no Oriente Médio. Todos os anos, milhares de fiéis realizam peregrinação a Meca, berço do profeta Maomé.

Cada peregrinação costuma reunir, em Meca, cerca de dois milhões de muçulmanos de todo o mundo. Segundo o islamismo, todo muçulmano adulto, desde que tenha condições financeiras e saúde, deve fazer a peregrinação a Meca ao menos uma vez na vida.

Esse ritual chama-se haji e é um dos cinco pilares da Fé Islâmica.

O *Alcorão* ou *Corão* é o livro sagrado dos muçulmanos e, segundo os preceitos do islamismo, reúne as mensagens de Deus (Alá, para os muçulmanos) transmitidas a Maomé pelo anjo Gabriel entre os anos 612 e 632, em Meca e, posteriormente, em Medina.



Sunitas e Xiitas

Assim como não existe um único mundo cristão, também não podemos falar em um só mundo islâmico. Os muçulmanos se dividem em várias correntes, entre elas a **sunita** e a **xiita**.

A corrente sunita, cujos seguidores defendem a Suna, uma das fontes da lei islâmica que concentram os ensinamentos do profeta Maomé, reúne cerca de 85% dos fiéis islâmicos e é conhecida como uma corrente que, entre outros aspectos, busca menores vínculos entre a política e a religião.

A corrente xiita, que congrega cerca de 15% dos muçulmanos e é predominante no Irã e no Iraque, segue os preceitos de Ali, genro e primo de Maomé. Essa corrente fundamenta a política nos princípios religiosos, defendendo assim o Estado teocrático — orientação contrária à dos modelos políticos e filosóficos ocidentais, que pregam a separação entre Estado e religião, ou seja, o Estado laico, a democracia e o individualismo.

Mundo Islâmico e Mundo Árabe

O que é chamado mundo islâmico não deve ser confundido com mundo árabe. O termo “árabe” refere-se a um povo que compartilha várias características históricas e culturais (por exemplo, a língua), enquanto o termo “islâmico” designa a religião das pessoas que, não necessariamente árabes, professam o islamismo.

Enquanto os países árabes e a cultura árabe-islâmica abrangem 23 países no mundo — considerando a Palestina como Estado —, a presença do islamismo é verificada em 60 países. A distribuição geográfica da influência islâmica retrata a força dessa religião no mundo atual.



Hinduísmo

Depois do Cristianismo e do Islamismo, o hinduísmo — também conhecido por Bramanismo — é a terceira principal religião em número de fiéis no mundo, reunindo 15% da população mundial. Suas origens remontam ao vedismo, religião dos povos indo-europeus que habitavam o norte da Índia no segundo milênio a.C., cujos textos sagrados são os **Vedas**. Esses textos versam sobre o lugar da humanidade no cosmos e discorrem a respeito do modo como as diversas divindades desempenham seu papel no funcionamento do Universo.

O hinduísmo desempenha importante papel de coesão cultural entre os vários povos do subcontinente indiano, onde conta com um grande e fiel grupo de seguidores, cuja maioria vive na Índia.

Em outras partes do mundo, salvo os descendentes de emigrantes indianos, o hinduísmo conta com poucos seguidores. Muitos estudiosos apontam que isso se deve ao fato de ser uma religião que não pratica o proselitismo, ou seja, não procura converter pessoas, apesar de algumas seitas indianas modernas já terem iniciado a procura por novos adeptos.

Além disso, muitos afirmam que o hinduísmo, pelo fato de manter estreitos laços com características geográficas da Índia, dificulta sua expansão para fora do país. Um exemplo é a estreita relação que seus fiéis mantêm com o Rio Ganges, por eles considerado sagrado, onde praticam o ritual do banho de purificação da alma e no qual lançam, após a cremação, as cinzas dos familiares mortos.



O hinduísmo não tem um fundador e não está organizado segundo uma hierarquia ou organização institucional. A força dessa religião advém do conjunto de seus praticantes, pessoas comuns, que protegem a tradição no interior de suas famílias por meio das relações de sangue ou da linhagem espiritual. Os hindus não separam a religião de outros aspectos da vida por considerarem que Brahma, a divindade principal, está presente na essência de todas as coisas. Também não cultuam um livro equivalente à *Bíblia* ou ao *Corão*.

O Sistema de Castas

Não somente na Índia, como em outros países onde o hinduísmo é praticado, os costumes, os valores sociais e a convivência entre as pessoas são muito influenciados pelo **sistema de castas**.

Herança dos sacerdotes védicos ou brâmanes, o sistema de castas é uma ordenação social segundo a qual as pessoas pertencem a uma das quatro castas ou, ainda, podem delas estar excluídas.

Os **brâmanes**, situados no topo da hierarquia social, são os que exercem os trabalhos intelectuais, como sacerdotes e filósofos. Em seguida estão os **xátrias**, pessoas que trabalham como militares e são consideradas a “nobreza” nesse sistema de castas.

Em terceiro lugar na hierarquia situa-se a casta dos **vaixás**, que abrange artesãos, camponeses e mercadores.

Por último, os trabalhadores em geral, a serviço das demais castas, são denominados **sudras**.

Excluídos dessa hierarquia estão os **párias**, também chamados “intocáveis”, pois o hinduísmo os considera seres “poluídos”, proibidos de frequentar os mesmos espaços que os integrantes das castas.

Os párias realizam trabalhos que outros recusam, como limpeza de funerais, coleta de lixo, entre outros. Por conta disso, costumam ser expulsos de templos hindus, escolas, fontes de água, estradas e ferrovias utilizados por integrantes das castas.

Em 1949, apenas dois anos após a independência da Índia, a Constituição indiana aboliu oficialmente o sistema de castas, acontecimento que contou com intensa mobilização social no país.

Isso ocorreu por meio da liderança política e espiritual de Mahatma Gandhi (1869-1948), que em anos anteriores já havia advertido os indianos de que a manutenção do sistema de castas favorecia os colonizadores ingleses, que o manipulavam para perpetuar uma injusta divisão social e a exploração dos indianos.

No entanto, a abolição do sistema de castas, decretada por lei, não significou seu fim na prática. Mesmo depois de mais de 60 anos de proteção constitucional contra esse sistema, no cotidiano da sociedade indiana ainda existem “os párias”, que continuam sendo discriminados. Diante disso, os governantes da Índia esforçam-se em colocar em prática políticas econômicas e sociais contra a desigualdade social, levando em consideração as heranças culturais e sociais.

Compreensão

1. Maira, Miguel, Pedro e Sueki moram em diferentes países e cada um é adepto de uma religião diferente.

Com base em seus conhecimentos e na descrição abaixo, escreva o nome da religião de cada um e, depois, responda às questões.

	País	Características da religião/corrente	Religião
Maira	Índia	Não é monoteísta; teve origem na Ásia, é a terceira religião mais professada no mundo.	
Miguel	Irã	Corrente que fundamenta a política nos princípios religiosos e no Estado teocrático. Segue os preceitos de Ali.	
Pedro	Jordânia	Monoteísta, é a religião mais professada no mundo.	
Sueki	China	Corrente moderada e mais seguida pelos fiéis aos ensinamentos de Maomé.	

2. Apenas uma dessas pessoas mora em um país árabe. Qual?

3. Entre os adeptos do Islamismo, qual está em um país em que a maioria da população não segue essa religião? Explique.

4. Qual dessas pessoas segue uma religião que já foi, oficialmente, baseada no sistema de castas? De que forma esse sistema é contrário à Declaração Universal dos Direitos Humanos?

5. Caracterize a Religião Mulçumana.

6. Diferencie Sunita de Xiita.

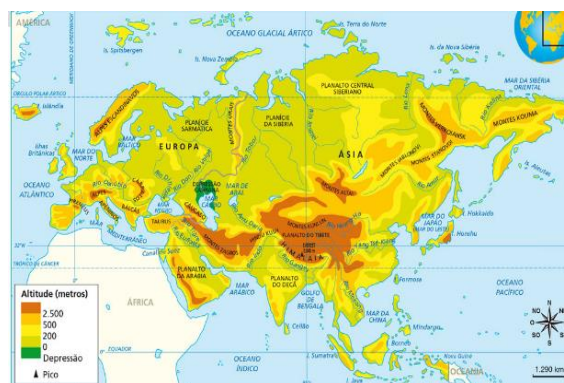
7. Explique como funciona o sistema de castas do Hinduísmo.

Capítulo 6

Europa – Aspectos Gerais

Meio Natural

Do ponto de vista físico, a porção oeste da grande massa continental chamada Eurásia (Europa e Ásia), conhecida como Europa, é, na verdade, uma grande Península da Ásia.



Os Montes Urais, os mares Negro e Cáspio e a Cordilheira do Cáucaso são considerados os limites naturais entre a Europa e a Ásia. Historicamente, eles representaram obstáculos físicos para a integração entre os povos do leste e do oeste da Eurásia.

Sob os aspectos histórico, político e social, entretanto, a Europa é considerada um continente em virtude dos fatores que a distinguem tanto do conjunto mundial como da Ásia.

A Europa foi o centro de movimentos importantes, com desdobramentos em todo o mundo, como a democracia grega, o direito romano, o renascimento cultural e artístico, o capitalismo, a Revolução Industrial (1750), a Revolução Francesa (1789) e a implantação do Socialismo.



Considerando características de clima, vegetação e relevo, o continente europeu pode ser regionalizado em três porções:

✓ Europa do Norte, em que predominam planícies e montanhas e climas frio e polar;

- ✓ Europa Oceânica e Continental, onde prevalecem as planícies e o clima temperado;
- ✓ Europa do Sul, montanhosa e de clima mediterrâneo.

Europa do Norte

Situada, em sua maior parte, em latitudes superiores a 60° N, nela predominam o clima polar, em que se desenvolve a Tundra, e o clima frio, propício para a formação da Floresta Boreal, chamada também de Floresta de Coníferas ou Taiga, intensamente explorada pela atividade madeireira e pela indústria de papel e celulose.

Em relação ao relevo, destacam-se os Alpes Escandinavos e a Planície Lacustre da Finlândia.

Europa Oceânica e Continental

Nessa região, que compreende as grandes planícies europeias situadas entre as terras de clima frio, ao norte, e as cadeias de montanhas, ao sul, predominam os climas temperado continental e oceânico. Na porção oriental, ocorre o clima semiárido, abrangendo a porção oeste do Mar Cáspio com vegetação de estepes. O meio natural encontra-se profundamente alterado pela intervenção humana. Essa região abriga grandes cidades, como Paris, Londres, Berlim e Moscou.

Europa do Sul

Região voltada para o Mar Mediterrâneo, que se estende da Espanha até o Cáucaso e apresenta as seguintes formações do relevo: as Altas Montanhas (Pireneus, Alpes, Cárpatos e Cáucaso), que, em razão das elevadas altitudes e do clima frio, dificultam a fixação humana; as Montanhas Mediterrâneas (os Montes Apeninos, na Itália, os Alpes Dináricos e os Balcãs, que compreendem Grécia, Albânia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Croácia etc.); e as Planícies e os Planaltos Mediterrâneos.

O clima mediterrâneo caracteriza parte das montanhas e as planícies e os planaltos dessa região, cuja paisagem natural sofreu intenso processo de ocupação humana. Nessa área localizam-se cidades importantes, como Lisboa, Madri, Marselha, Gênova, Turim e Milão.

Os Principais Rios

A Europa apresenta rica e bem distribuída rede hidrográfica, que, historicamente, constituiu vias naturais de circulação — fator essencial para a prosperidade de várias regiões e cidades — e continua exercendo papel relevante na navegação, na produção de energia elétrica, na irrigação de terras para a agricultura, na piscicultura e no turismo.

Três rios que percorrem o território europeu se destacam pela sua importância econômica, são eles: Volga, Danúbio e Reno.

Rio Volga

O mais extenso rio da Europa nasce no Planalto de Valdai, na porção europeia da Rússia, percorre 3.690 quilômetros, descreve uma ampla curva em torno de Moscou e deságua em um grande delta no Mar Cáspio. Embora suas águas fiquem congeladas no inverno, esse rio é responsável por cerca de 50% do tráfego fluvial russo. Além disso, ao longo de seu curso, há várias barragens e hidrelétricas.

Rio Danúbio

Com 2.860 quilômetros, o Rio Danúbio nasce na Alemanha e atravessa oito países até desembocar no Mar Negro. Quatro capitais são banhadas por esse rio: Viena (Áustria), Bratislava (Eslováquia), Belgrado (Sérvia) e Budapeste (Hungria).

A bacia hidrográfica do Rio Danúbio tem muita importância para a economia da Europa centro-oriental, pois permite que embarcações cheguem ao Mar Negro e então ao Mar Mediterrâneo — verdadeira plataforma comercial para atingir os mercados mundiais.

Rio Reno

Esse rio é um eixo fundamental para a integração econômica entre Suíça, Alemanha, França e Países Baixos. Com 1.326 quilômetros da nascente (nos Alpes Suíços) à foz (no Mar do Norte), fica próximo ao principal porto europeu, o de Roterdã, nos Países Baixos (Holanda).

Aspectos Populacionais

Com 738 milhões de habitantes (2015), a Europa representa 10,4% da população mundial, percentual superior apenas ao da Oceania, com 39 milhões de habitantes, ou seja, 0,5%.

O crescimento populacional na Europa é modesto se comparado ao dos outros continentes, sobretudo se considerado no período após a Segunda Guerra Mundial. A taxa de crescimento demográfico anual situa-se por volta de 0,2%, enquanto a dos demais continentes está entre 1,0% e 1,5%; na África é de 2,5%.

Isso se deve ao fato de a Europa já ter completado há alguns anos sua transição demográfica, ou seja, a passagem de uma fase com altas taxas de natalidade e de mortalidade para um patamar de baixas taxas. A redução das taxas de mortalidade decorre, em especial, de progressos da

medicina e da melhoria das condições de higiene, de saneamento e de alimentação; a diminuição da natalidade está relacionada às melhorias educacionais e à utilização de práticas anticoncepcionais.

O resultado da transição demográfica é um crescimento populacional baixo ou mínimo. Em alguns países da Europa, ocorre um crescimento natural negativo da população — quando a natalidade é inferior à mortalidade. Esse estágio corresponde às sociedades que alcançaram um bom nível de vida, com elevado bem-estar social e econômico.

Exemplos de países europeus com estimativas de crescimento natural negativo da população – 2015-2020

País	Taxa de natalidade (‰)	Taxa de mortalidade (‰)
Alemanha	8,6	11,5
Bulgária	9,3	16,1
Grécia	9,1	10,9
Hungria	9,8	13,6
Itália	8,8	10,5
Portugal	8,0	10,5

População jovem ameaçada e população idosa em ascensão

Por causa do baixo crescimento natural ou vegetativo da população europeia, a proporção de jovens no continente tem diminuído ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, com o elevado padrão de vida da maioria da população (com alimentação e assistência médica adequadas, renda mensal média ou alta etc.), a esperança de vida média aumentou.

Consequentemente, a proporção de idosos no total da população aumentou. Em 2005, a população europeia com mais de 65 anos era numericamente igual à de 0 a 14 anos. Estima-se que, se for mantida a tendência atual, em 2050 a população idosa deverá ultrapassar aquela de até 14 anos em mais de 80 milhões de pessoas.

Falta de Mão de Obra

Diante do baixo crescimento natural da população e do aumento numérico da população idosa, se não houvesse fluxos migratórios para a Europa ocorreria um colapso socioeconômico no continente.

A população em idade ativa ou apta a trabalhar seria insuficiente, e os Estados não teriam condições financeiras de arcar com as

aposentadorias e com as despesas com saúde, sobretudo da população idosa.

Desse modo, a Europa vive um dilema: ao mesmo tempo que adota políticas de restrição à entrada de imigrantes, necessita deles. Calcula-se que, em 30 anos, aproximadamente, um quarto da população de vários países europeus — Alemanha, França, Reino Unido, Áustria, Itália, Espanha etc. — estará aposentada.

Incentivos à Natalidade

Alguns países europeus têm estimulado a natalidade por meio da concessão de alguns benefícios. Na Alemanha, por exemplo, o governo estendeu o prazo da licença-maternidade para até três anos após o nascimento da criança, sem corte de salário; há também outros benefícios, como abonos em dinheiro, disponibilidade de vagas em berçários e creches, ampla assistência médica e redução de impostos. Essa política demográfica de natalidade tem sido seguida por outros países europeus.

Migrações

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, seguiu-se um período de recuperação econômica na Europa, no qual se destacaram os seguintes países: França, Reino Unido, Alemanha e Itália. Consequentemente, intensificaram-se os fluxos migratórios intracontinentais para esses Estados, principalmente de portugueses, espanhóis, gregos e turcos, cujos países não absorviam a mão de obra disponível.

Após o fim do socialismo nos países do Leste Europeu e na União Soviética, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, outro fluxo migratório intracontinental se formou. Populações dos países que deixaram de ser socialistas (Polônia, Hungria, Albânia, Romênia etc.) se deslocaram para os países europeus que ofereciam melhores condições de vida.

Entre os albaneses migrantes, por exemplo, muitos foram ilegalmente para a Itália, que passou a adotar medidas severas para conter esse fluxo.

Além das migrações intracontinentais, destaca-se o fluxo de imigrantes ilegais da África, Ásia e América Latina em direção à Europa. Esses migrantes têm enfrentado forte resistência de setores da sociedade europeia que os responsabilizam pelo desemprego e por outros problemas econômicos — o que leva as autoridades europeias a intensificar a fiscalização nas fronteiras e a adotar políticas de imigração rígidas e restritivas.

A questão da imigração despertou em parcelas da população europeia o preconceito, a segregação, o racismo e a xenofobia, sentimentos estimulados por partidos políticos de extrema direita.

Esse ambiente de aversão à população imigrante acentua o dilema europeu de restringir a imigração e de necessitar dos imigrantes para compensar o baixo crescimento populacional no continente. A alternativa encontrada por alguns países foi estimular a entrada somente de imigrantes qualificados profissionalmente.

Compreensão

1. Qual é o dilema europeu relacionado à diminuição da população jovem e ao aumento da população idosa?

2. De modo geral, qual é a atual situação das taxas de natalidade e de mortalidade nos países europeus?

3. Em relação à rede hidrográfica da Europa, faça o que se pede.

a) Qual é a importância socioeconômica dela?

b) Cite três rios de maior destaque.

4. Indique as medidas adotadas pelo governo alemão para reparar a falta de mão de obra no país.

Capítulo 7

Rússia

Entre os séculos XV e XVIII, enquanto alguns países europeus (Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Países Baixos) realizavam a expansão marítimo-comercial, fundando colônias na América e feitorias ou entrepostos comerciais na África e na Ásia, o **Império Russo** expandia territorialmente em direção ao leste. Ultrapassando os Montes Urais, conquistou, no século XVII, vastas extensões da Ásia, como a Sibéria ocidental, central e oriental, entre outras regiões. Assim, o império, nascido na Idade Média da união de vários principados, expandiu-se consideravelmente nesse século para formar o país de maior extensão territorial do mundo.



No século XIX, assim como Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Bélgica e outros, a Rússia deu início à sua Revolução Industrial e passou a usar o poder econômico para exercer o neocolonialismo e o imperialismo, nos moldes de outras potências. Em curto período, várias regiões foram anexadas ao já imenso território: na Ásia Central, Cazaquistão e Turcomenistão; no extremo leste da Ásia, fundou, em 1860, Vladivostok, importante porto marítimo e base militar naval russa.

Para assegurar a posse e facilitar o povoamento e a exploração econômica das áreas conquistadas, o Império Russo construiu as ferrovias Transcaucasiana (1883-1886) e Transiberiana (1891-1904).

A primeira ferrovia parte de Moscou, chega ao Turcomenistão e se prolonga até o Mar Cáspio; a segunda também sai de Moscou, atravessa a Sibéria e termina em Vladivostok, no litoral do Oceano Pacífico. Além de integrar as vastas regiões, as ferrovias permitiram que o poder central russo tivesse maior controle do território e da população.

A Formação da União Soviética

Apesar das transformações econômicas ocorridas com a Revolução Industrial Russa no século XIX, o país chegou ao século XX com graves problemas sociais e políticos.

No campo, as relações de trabalho permaneciam embasadas no modelo feudal e semifeudal, submetendo os camponeses a uma vida miserável.

Nos centros urbanos, as indústrias se multiplicavam, mas os operários viviam em condições desumanas por causa dos baixos salários e das prolongadas jornadas de trabalho.

Esses fatos conduziram a um descontentamento da população com o Regime Monárquico.

Greves e insurreições populares culminaram com a derrubada do Czar Nicolau II, em março de 1917.

O governo monárquico foi então substituído pelos socialistas moderados (**mencheviques**), que instauraram uma república parlamentar.

Entretanto, ao insistir na participação da Rússia na **Primeira Guerra Mundial** (1914-1918), os mencheviques perderam o apoio da população, já que a guerra causava prejuízos econômicos e sociais ao país. Isso abriu caminho para os socialistas radicais (**bolcheviques**), que, liderados por Lênin, tomaram o poder em outubro de 1917.

Progresso e Expansão do Território

Entre os anos 1918 e 1921, o país envolveu-se em uma guerra civil: czaristas, mencheviques, grupos étnicos não russos e forças armadas estrangeiras se opunham ao novo governo bolchevique. Entretanto, os grupos de oposição foram derrotados pelos governantes, que, em 1922, criaram a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, também conhecida como União Soviética, herdando os vastos territórios conquistados pelo Império Russo.

Durante a Segunda Guerra Mundial e depois desse período, a União Soviética deu continuidade à expansão territorial, anexando mais 500.000 km². Na Europa, as anexações compreenderam partes dos territórios da Finlândia, da Alemanha, da Polônia, da Romênia e da Tchecoslováquia (que abrangia os territórios atuais da República Tcheca e da Eslováquia), além de Estônia, Lituânia e Letônia.

Assim, em 1945, o vasto território da União Soviética abrangia 22.400.000 km² — cerca de duas vezes e meia o território brasileiro — e estava politicamente dividido em 15 repúblicas federadas, unidas por um governo central sediado em Moscou.

Transição do Capitalismo para o Socialismo

A partir de outubro de 1917, o partido bolchevique, posteriormente transformado no Partido Comunista da União Soviética (PCUS),

iniciou profundas reformas econômicas, políticas e sociais segundo os princípios do Socialismo.

- ✓ aboliu a grande propriedade rural sem indenização por parte do Estado, permitindo a existência das pequenas e médias propriedades até os primeiros anos da década de 1930, quando se deu a total apropriação das terras pelo Estado;
- ✓ estatizou as indústrias e os serviços (saúde, educação, transporte, comércio etc.);
- ✓ introduziu a planificação estatal, ou seja, os diversos setores da produção foram submetidos a órgãos centrais de planejamento do Estado, que elaboravam os planos de produção.

No Plano Político, o Estado proibiu a existência de outros partidos, inaugurando assim, o chamado monopartidarismo – exercido pelo PCUS; no plano social – proibiu manifestações populares e a liberdade de expressão. Instalara-se assim, o Estado Ditatorial.

No curto espaço de 12 anos – entre 1928 e 1940 –, a União Soviética conheceu um grande desenvolvimento industrial: de quinto país mais industrializado, no início do século XX, passou para o terceiro lugar em 1940, perdendo somente para os Estados Unidos e a Alemanha.

Após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética já era a segunda maior potência militar do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Havia desenvolvido armas nucleares e mantinha poderosas forças militares, contrabalançando o poder estadunidense durante a Guerra Fria. A ênfase dada às indústrias de bens de produção e de base em detrimento da indústria de bens de consumo era explicada pelos dirigentes soviéticos como uma necessidade estratégica. Além de proporcionar força e prestígio ao novo regime, permitiria enfrentar ameaças externas e servir às pretensões geopolíticas do Estado Soviético.

A crise na URSS: A Transformação na CEI

Vários acontecimentos antecederam a desagregação da União Soviética e a formação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). A partir de agora, você vai entender como isso aconteceu.

A prioridade dada aos setores industriais de bens de produção e de base, e principalmente à indústria bélica, criou um acentuado descompasso em relação ao setor industrial de bens de consumo.

Grande parte da população soviética mostrava descontentamento com a falta de produtos, como roupas, geladeiras, televisores e outros eletrodomésticos, automóveis etc.

Além desses descontentamentos, a economia soviética começou a dar sinais de esgotamento a partir dos anos 1970.

Os grandes investimentos financeiros na indústria bélica e aeroespacial, a manutenção das tropas militares do Pacto de Varsóvia, os auxílios destinados aos países socialistas, o grande número de burocratas no aparelho estatal e a consequente despesa para o pagamento de salários, além de outras causas, abalaram seriamente a economia soviética.

Em março de 1985, após a morte de Constantin Chernenko, Mikhail Gorbachev foi escolhido para ser o secretário-geral do PCUS, o mais alto cargo na estrutura política e governamental do país.

Gorbachev assumiu em meio a uma profunda crise; a economia estava estagnada havia anos e a população se mostrava extremamente descontente. Dessa forma, ao perceber que o povo o apoiaria em reformas políticas e econômicas, Gorbachev e sua equipe anunciaram planos de governo com base na *glasnost* e na *perestroika*.

A *glasnost* (cuja tradução é “transparência”) correspondia ao plano de reformas nas instituições políticas que previa a abertura política e a introdução do multipartidarismo.

O Impacto das Reformas

Com a implantação da *glasnost* e da *perestroika*, tiveram início três grandes movimentos. O primeiro — **movimento de contestação aos regimes comunistas** — diz respeito ao desejo de independência dos países socialistas do Leste Europeu, que, com o afrouxamento das relações de controle da União Soviética, iniciaram a derrubada de governos comunistas locais e convocaram eleições livres, iniciando a passagem do socialismo autoritário para o regime democrático. Isso ocorreu na Bulgária em 1988, na Polônia, Hungria, Alemanha Oriental e Romênia em 1989, na Tchecoslováquia em 1990 e na Albânia em 1991.

O segundo — movimento dos ultrarreformistas da União Soviética —, ocorrido a partir de 1991 e liderado por Boris Ieltsin, então presidente da República Russa, mostrava-se defensor do fim do regime socialista e da integração do país ao capitalismo, além de ser favorável à independência política das 15 repúblicas soviéticas.

Por fim, o terceiro — **movimento de grupos conservadores do PCUS** — desejava impedir as reformas de Gorbachev e a manutenção do *status quo*. Para isso, tentou um golpe de Estado, em agosto de 1991, para destituir Gorbachev, mas não obteve sucesso.

Do confronto entre esses três movimentos existentes na União Soviética em 1991, saiu

vencedor o dos ultrarreformistas, liderado por Boris Ieltsin. É importante destacar a participação popular, que realizou manifestações durante todo esse processo.

O Surgimento da CEI

Em 8 de dezembro de 1991, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e de Belarus assinaram um documento que formalizava a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Em 21 de dezembro do mesmo ano, com a adesão de outras repúblicas, a criação da CEI foi oficializada na cidade de Alma Ata, atual Almaty, capital do Cazaquistão.



Diante desses acontecimentos, não restou a Gorbachev outra saída senão a renúncia. Em 25 de dezembro de 1991, Gorbachev comunicou seu afastamento. Foi o fim da União Soviética e do tipo de socialismo ali implantado desde 1917. Tal processo deu origem a 15 novos países independentes, dos quais 12 passaram a integrar a CEI.

A Comunidade dos Estados Independentes: CEI

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI) é uma organização supranacional — que extrapola as fronteiras nacionais — criada para implantar um mercado econômico comum e promover relações amistosas e de cooperação entre os países-membros. Não tem instituições políticas permanentes nem parlamento como a União Europeia; as decisões internas resultam de reuniões periódicas dos chefes de Estado que a compõem. A Rússia, por sua importância política, militar e econômica, desempenha o papel de país central da CEI.

Quando a União Soviética se fragmentou, a formação da CEI revelou-se como condição estratégica para a Rússia, que tinha interesse em manter relações amistosas com os países-membros dessa organização por diversos motivos. Entre eles, assegurar a influência nessa vasta região e garantir o funcionamento dos oleodutos e gasodutos que atravessam vários países da organização, transportando as imensas riquezas de petróleo e de

gás natural extraídas do subsolo russo. Além de abastecer os países vizinhos, essas fontes de energia destinam-se a países da Europa Oriental e Ocidental.

Para os demais países, pertencer à CEI representava, pelo menos naquele momento repleto de incertezas, proteção militar e política, além de mercado comprador de seus produtos por parte da Rússia, o país mais populoso e industrializado da organização.

Passadas mais de duas décadas da fundação da CEI, há em sua composição países que tentam romper com a hegemonia russa, procurando se aproximar e mesmo integrar-se à União Europeia. É esse o caso da Ucrânia, do Azerbaijão e da Geórgia (esta, integrante da CEI até 2008).

Ao abranger Estados tanto da Europa como da Ásia, a CEI apresenta vasta extensão territorial e grande diversidade étnico-cultural.

Com 22.031.143 km², a CEI reúne aproximadamente 282 milhões de habitantes, 3,8% da população mundial em 2015.

A Rússia é o país da CEI de maior área territorial e o mais populoso, com 17.075.200 km² e população absoluta de 143 milhões de habitantes (2015), o que corresponde, respectivamente, a 77,5% da área da CEI e cerca de 51% de sua população total.



A distribuição da população pelo território da CEI é muito desigual em virtude das condições históricas e naturais extremamente variadas. A porção europeia da organização, situada entre o Mar Báltico e o Mar Negro, somada aos vales do Cáucaso da Armênia e do Azerbaijão e ao sul da Ásia Central (Quirguistão, Uzbequistão e Tadjiquistão), concentra mais de 75% da população desse enorme conjunto geoeconômico e político.

CEI: a diversidade de povos

Existe grande diversidade étnico-cultural na população da CEI. No vasto território desse conjunto geoeconômico e político são faladas por volta de 112 línguas, subdivididas em vários dialetos locais.

O grupo mais numeroso é o eslavo, formando cerca de 75% da população: compreende russos (nacionalidade mais numerosa), ucranianos e bielorrussos, também chamados russos-brancos.

Os povos não eslavos, habitantes da Ásia Central, representam 25% da população total e compreendem várias culturas. Os mais numerosos são os uzbeques, cazaques, turcomenos, azerbaijanos, quirguizes, iakutes, pertencentes ao grupo dos turco-tártaros. Armênios, fino-úgricos, latinos e outros completam esse mosaico de povos.

Os Conflitos

Quando ocorreu a revolução socialista em 1917, mais de 35 milhões de russos já haviam migrado para o leste, ultrapassando os Montes Urais, promovendo, assim, a “russificação” de vários espaços territoriais.

Durante a existência da União Soviética e do Estado autoritário que se instaurou, as mais de cem etnias existentes nas ex-repúblicas soviéticas foram mantidas por meio da força e da repressão. Com o fim da União Soviética, a possibilidade de reafirmação da identidade étnica, cultural, histórica e de nacionalidade de muitos povos ganhou espaço e se intensificou. Surgiram, então, muitos movimentos pró-independência de enclaves, isto é, territórios totalmente circundados por outro território.

O Caso da Crimeia

A Crimeia, península situada na costa setentrional do Mar Negro, foi uma república autônoma da Ucrânia, mas com população predominantemente russa — 66% da população total. Em 1992, essa população de origem russa fez um movimento em prol de sua anexação à Rússia, logo combatido pelo governo ucraniano. A região, porém, ainda é foco de conflitos.

Em fevereiro de 2014, o movimento separatista retornou com intensidade. O referendo realizado em março junto à população mostrou que 97% dos votos eram favoráveis à adesão à Rússia. A anexação ocorreu logo em seguida, apesar do não reconhecimento do referendo pela Ucrânia, pela União Europeia e por outros países.

O Separatismo da Ucrânia

Durante o ano de 2014, após confrontos militares entre tropas ucranianas e separatistas do leste da Ucrânia, apoiados pela Rússia, em 4 de novembro desse ano foi empossado como presidente da autoproclamada República Popular de Donetsk — leste da Ucrânia — o líder separatista pró-Rússia Alexander Zakharchenko. Entretanto, essas medidas foram consideradas ilegais pelo governo ucraniano, sediado em Kiev — capital do país —, e por outros países do Ocidente.

Segundo analistas internacionais, o movimento separatista não decorreu apenas do desejo de boicotar a adesão do governo de Kiev à União Europeia e, com isso, se afastar da influência russa. Deve-se considerar também a questão de identidade da população do leste ucraniano. Nos países eslavos, a nacionalidade é determinada pelo *jus sanguinis*, ou seja, pelo “direito de sangue”, diferentemente dos países ocidentais, onde ela é determinada, predominantemente, pelo local de nascimento — *jus solis*, direito do solo. Desse modo, como a maioria da população do leste da Ucrânia é etnicamente russa e fala a língua russa, serviram-se da circunstância para apoiar o separatismo e incorporar a região de Donetsk à Rússia.

Compreensão

1. Em relação à expansão do Império Russo, responda:

a) Aponte a distinção entre a expansão territorial de países europeus e do Império Russo entre os séculos XV e XVIII.

b) Em que contexto histórico foram construídas as ferrovias Transiberiana e Transcaucasiana? Qual é a importância dessas ferrovias para o Império Russo?

c) Cite as medidas políticas e sociais adotadas na União Soviética que a tornaram um Estado ditatorial.

d) Explique a expressão: “A CEI é um mosaico de povos”.

Capítulo 8

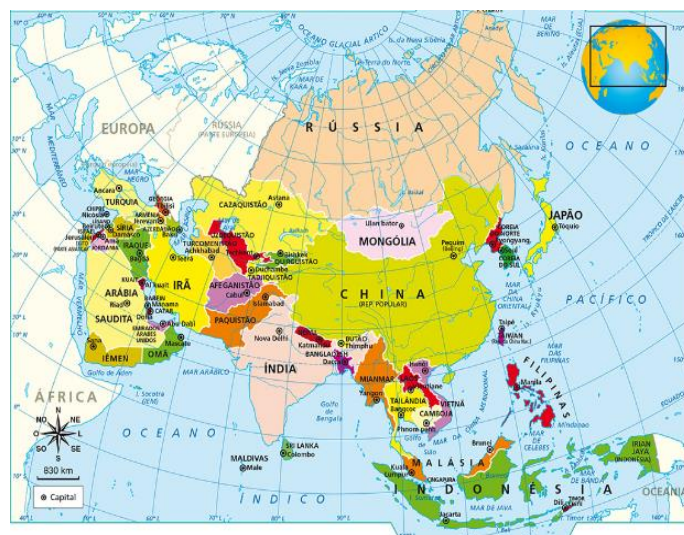
Ásia – Aspectos Gerais

Formada por 45 países e com cerca de 45 milhões de quilômetros quadrados de extensão — o que corresponde a 30% das terras emersas do globo terrestre —, a Ásia é o maior continente do planeta.

A Ásia estende-se do meridiano 25° ao meridiano 180°, a leste de Greenwich. No entanto, a Península Chukchi é cortada pelo meridiano de 170° oeste.

Assim, uma pequena parcela do território asiático localiza-se no Hemisfério Ocidental, onde se encontra o **Estreito de Bering**, que separa a Ásia da América.

Nesse vasto território, destaca-se a diversidade de paisagens naturais, com muitos tipos de clima, vegetação e formas de relevo, que você vai conhecer a seguir.



Clima e Vegetação

O território do continente asiático se estende das regiões de altas latitudes até as de baixas latitudes, fato que, associado a outros fatores, explica a diversidade de tipos de clima — do polar ao equatorial — e, consequentemente, a existência de diferentes paisagens naturais no continente.

Assim como há diversidade climática, encontram-se variadas formações vegetais nesse continente: tundra e floresta de coníferas em altas latitudes, estepes e vegetação de deserto em regiões de pouca umidade, florestas temperadas e subtropicais nas médias latitudes e florestas equatoriais e tropicais nas regiões de baixas latitudes. Porém, grande parte dessas áreas foi intensamente desmatada pela exploração madeireira e pelo avanço da prática agrícola.

O continente asiático também apresenta diferentes formas de relevo, com destaque para os extensos e elevados planaltos e as grandes planícies. Um desses planaltos, o **Planalto do Pamir** — denominado o “telhado do mundo” —, localiza-se a mais de 4.000 metros de altitude.

Destaca-se, também, com terras de altitudes elevadas, o **Planalto do Tibete**. Cerca de três quartos da sua superfície situam-se em altitudes acima de 3.500 metros. Nesse planalto surgem grandes cadeias montanhosas, e seu clima se caracteriza pela baixa pluviosidade e por médias térmicas também baixas.

Entre as planícies, destacam-se a **Planície da Sibéria**, na porção noroeste do continente, a **Planície Indo-Gangética**, no baixo curso dos rios Indo e Ganges, ao sul do Planalto do Tibete, e as planícies aluviais dos rios Hoang-Ho (Rio Amarelo) e Yang Tsé-Kiang (Rio Azul), na porção sudeste.

Grandes cadeias montanhosas também atravessam a Ásia. É o caso da Cordilheira do Himalaia, que, com 2.400 quilômetros de comprimento e 400 quilômetros de largura, separa as porções norte e sul do continente, formando assim, uma barreira natural para o avanço das massas de ar frio que vêm do norte e para as massas de ar quente provenientes do sul. No Himalaia localiza-se o Pico Everest (8.848 metros) — o de maior elevação do planeta —, além de mais de 70 picos com altitudes superiores a 7.000 metros.

Grandes depressões absolutas também marcam o relevo asiático, com destaque para a do Mar de Aral, a do Mar Cáspio e a do Mar Morto, considerada a mais profunda das terras emersas, com 395 metros abaixo do nível do mar.

O Litoral Asiático

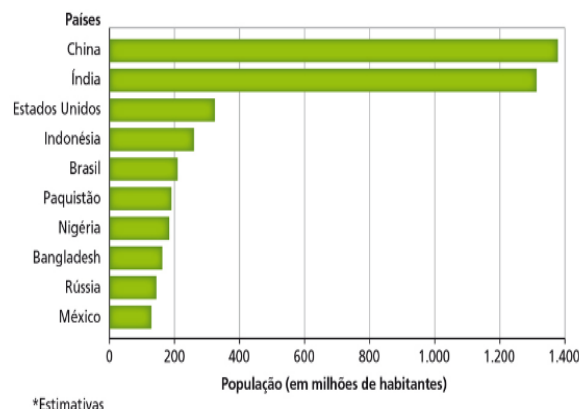
Com um litoral bastante recortado, a Ásia destaca-se ainda pelas várias penínsulas, como a Península da Anatólia — onde se situa a Turquia —, a Península Arábica, a Península da Indochina, entre outras.

Quanto às ilhas e aos arquipélagos, a maior concentração ocorre na porção sudeste do continente. O maior arquipélago é o da Indonésia — chamada de país-arquipélago, pois é formada por cerca de 13.700 ilhas. Há também o arquipélago das Filipinas, com cerca de 7.000 ilhas, e o arquipélago japonês, com aproximadamente 3.000 ilhas.

Tanto o Himalaia como os arquipélagos são de formação geológica recente, destacando-se o arco vulcânico indonésio e as cadeias vulcânicas das Filipinas e do Japão. Essas áreas estão sujeitas a terremotos, *tsunamis* e fenômenos vulcânicos, com

graves consequências para as populações que as habitam.

A Ásia é o continente mais populoso do planeta. Em 2015, apresentava mais de 4,3 bilhões de habitantes. É na Ásia que se encontram 5 dos 10 mais populosos países do mundo – sem considerar a porção asiática da Rússia.



A densidade demográfica da Ásia é de 91 hab./km², a mais elevada entre os continentes — Europa, 73 hab./km²; América, 52 hab./km²; África, 38 hab./km²; e Oceania, 4,5 hab./km². No entanto, como ocorre nos outros continentes, a população está desigualmente distribuída pelo seu território.

Como ocorre em todas as partes do mundo, a distribuição da população pelo território tem estreita relação com o relevo, o clima e a economia. A população sempre procura se fixar em regiões ou áreas que lhe sejam favoráveis do ponto de vista físico ou natural, ou seja, em que relevo, clima, solo e abastecimento de água — rios, lagos, águas subterrâneas etc. — lhe permitam assegurar a sobrevivência.

A economia também exerce influência na distribuição territorial da população. Regiões e áreas com maior dinamismo econômico — oferta de empregos, melhores salários etc. — se tornam áreas de atração populacional.

A palavra “Ásia” deriva de *Asswa* e *Iasia*, nomes dados pelos egípcios e pelos hititas à costa ocidental e às regiões meridionais da Ásia Menor — área hoje ocupada pela Turquia —, por volta do ano 2000 a.C. Admite-se também que a palavra deriva da língua semítica, significando “lugar onde nasce o Sol”.

A história do ser humano tem profundas raízes no continente asiático. Além de ser o berço das três maiores religiões do mundo em seguidores — cristã, islâmica e hinduísta —, algumas antigas civilizações da Ásia foram pioneiras no cultivo de plantas — agricultura —, na domesticação de animais — criação — e no emprego de metais, como cobre e ferro, e ligas metálicas, como o

bronze, para a fabricação de objetos e utensílios — metalurgia.

Grandes sociedades se desenvolveram na Ásia: a chinesa, a hindu e a mesopotâmica.

Na Ásia se formaram os primeiros Estados, representando, portanto, as primeiras tentativas de organização política, cultural, social e econômica realizadas pelo ser humano.

A Ásia destaca-se também pela grande diversidade étnica e linguística entre os vários povos que habitam o continente. O mongólico é o mais numeroso, encontrado nas porções oriental, central e do norte.

Na China, as três línguas mais faladas — mandarim, wu e cantonês — são escritas da mesma maneira, mas oralmente são muito diferentes. Na Índia há também um mosaico de línguas.

Nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia — Cazaquistão, Uzbequistão etc. —, a língua russa foi imposta e tornada obrigatória por Moscou. Após a desagregação da União Soviética, houve o resgate das línguas originais.

Compreensão

1. Em relação aos aspectos físicos da Ásia, identifique em seu caderno as afirmativas corretas e as incorretas e, em seguida, explique o(s) erro(s) da(s) afirmativa(s) que você considerou incorreta(s).

a) A diversidade dos tipos de clima da Ásia, entre outros fatores, está relacionada à posição de suas terras no globo terrestre, ou seja, estende-se desde as regiões de altas latitudes até as de baixas latitudes.

b) A Cordilheira do Himalaia domina a paisagem das altas montanhas asiáticas. Sua formação geológica antiga garante a sua estabilidade geológica.

c) A uniformidade climática criou na Ásia uma formação vegetal homogênea com a dominância de florestas tropicais.

d) Após dar a localização do Mar de Aral, explique a causa de esse mar ou lago estar secando.

2. Os dois países mais populosos do mundo localizam-se na Ásia. Quais são eles? Quais eram suas populações absolutas em 2015?

3. A população da China corresponde, aproximadamente, a quantas vezes a população do Brasil?

4. Explique o que é Densidade Demográfica e como ela é calculada.

5. Aponte dois fatores que exercem influência na distribuição de população pelo território.

6. Explique por que a história da humanidade tem profundas raízes na Ásia.

Capítulo 9

O Japão e os Tigres Asiáticos

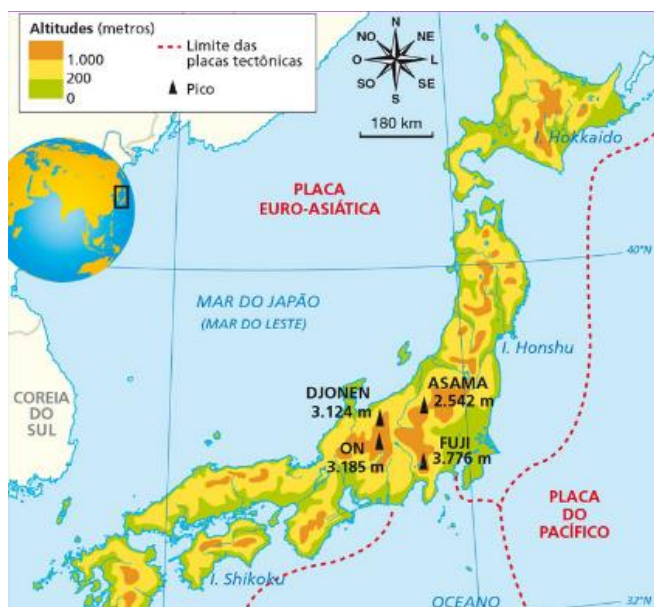
O Japão: Potência Mundial

Localizado em um arquipélago do Hemisfério Norte, o Japão está em uma zona de média latitude, no extremo leste da Ásia.

Conheça a seguir as principais características naturais, populacionais e econômicas desse país, que se industrializou na segunda metade do século XIX e é hoje uma das maiores potências econômicas do planeta.

Formado por quatro ilhas de maior extensão — Honshu, Hokkaido, Kyushu e Shikoku — e por mais de 3 mil ilhas menores, o território japonês totaliza uma área de 377.915 quilômetros quadrados — pouco maior que o estado de Mato Grosso do Sul, com 357.145 quilômetros quadrados.

O Japão se localiza na zona de encontro das placas tectônicas do Pacífico, das Filipinas e Euroasiática, o que explica a ocorrência de terremotos e maremotos e a existência de vulcões em seu território.

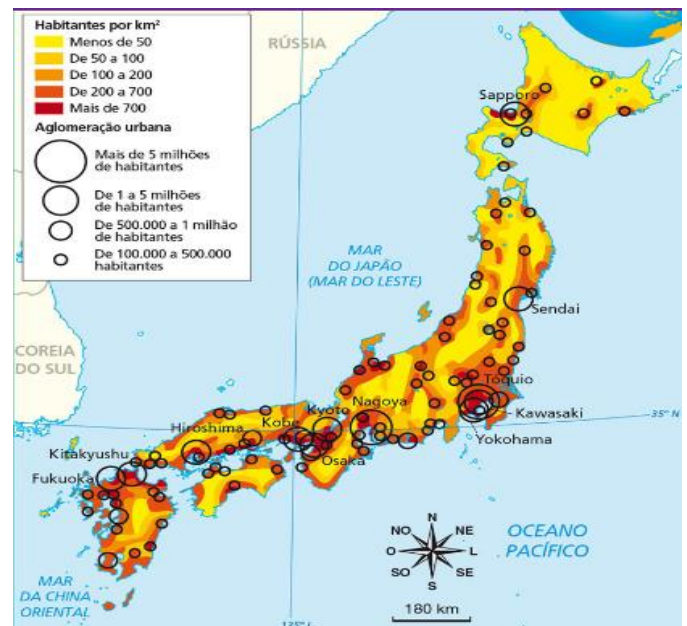


Aproximadamente 70% do território japonês é constituído por montanhas, o que dificulta a agricultura, mas contribui para a preservação da cobertura vegetal. Apesar do relevo acidentado, a tecnologia conseguiu unir as quatro ilhas principais por pontes e túneis, o que permitiu a integração de seu território.

Por ser um arquipélago, o Japão é um país de extenso litoral, com cerca de 28 mil quilômetros expostos à ação das massas de ar úmido provenientes do oceano.

A população japonesa concentra-se nas planícies litorâneas, que, por sua vez, constituem as principais áreas de desenvolvimento econômico do país, onde se localizam os centros industriais e as grandes

cidades, como Tóquio, Osaka, Nagoya, entre outras. É nessa região que também se desenvolvem a pesca, a agricultura de arroz em campos alagados e outros cultivos.



A Era Meiji e a Economia Japonesa Atual

Em 1868, foi restaurado o poder imperial no Japão, subtraindo-se dos xoguns o poder feudal que exerciam desde o século XII. Subiu ao trono, então, o jovem imperador Mitsuhiro, conhecido por Meiji.

A **Era Meiji** (1868-1912) foi um período de grandes mudanças na história do Japão: nesse curto intervalo de tempo, graças ao incentivo do Estado, o país concluiu sua revolução industrial. Assim, apoiadas pelo imperador, algumas famílias formaram poderosos grupos econômicos e industriais, chamados de **Zaibatsu**.

Após a Segunda Guerra Mundial, o país, destruído, recebeu maciços investimentos dos Estados Unidos, que temiam as investidas soviéticas na ilha. Com isso, o governo japonês investiu em educação, tecnologia e formação de mão de obra qualificada, atingindo um crescimento industrial tão vertiginoso que alguns observadores internacionais chegaram a afirmar que o país passava por um “milagre econômico”.

Atualmente, as grandes empresas japonesas formam verdadeiros impérios industriais, empregando milhares de pessoas e atuando praticamente em todo o mundo.

A organização da produção industrial japonesa baseia-se em dois grupos de empresas: as grandes corporações industriais e as pequenas e médias empresas, que fornecem as grandes as peças necessárias à fabricação de produtos mais complexos.

Entre as grandes corporações industriais estão as transnacionais (Toyota, Nissan, Hitachi, Honda,

Nippon etc.) — o faturamento anual de cada uma supera bilhões de dólares. Algumas transnacionais formam verdadeiros conglomerados e atuam em diversos ramos de produção — eletrônico, petroquímico, de mineração, metalúrgico, bancário, automobilístico etc. —, exercendo enorme influência na economia mundial, tanto na esfera financeira como na política.

Agricultura Japonesa

Como você viu, cerca de 70% do território japonês é ocupado por montanhas, o que limita a área de cultivo no arquipélago. As terras agricultáveis ocupam apenas 14,3% da superfície, cerca de 5,4 milhões de hectares.

Para compensar o pouco espaço disponível para a agricultura, a terra é trabalhada para obter elevada produtividade, com o emprego de adubos, máquinas, irrigação, rotação de culturas e muitos outros procedimentos técnicos.

Todas as áreas são aproveitadas, mesmo as situadas em colinas e morros, e a agricultura japonesa chega a obter, em uma mesma área, até quatro colheitas anuais.

As propriedades rurais são pequenas, com área média cultivável de 1,7 hectare. Mas, de modo geral, predominam as propriedades com menos de 1 hectare, que somadas representam cerca de 71% do total.



Os principais produtos agrícolas do Japão são: arroz, trigo, cevada, batata, hortaliças e frutos. O arroz ocupa 60% da área cultivada e apresenta o maior índice de produtividade do mundo. Nos últimos anos, entretanto, esse cereal, cuja produção era totalmente consumida pela população, tem apresentado excedentes em razão das mudanças dos hábitos alimentares da sociedade japonesa. Isso levou as autoridades a incentivar a produção de frutos e hortaliças e a criação de gado bovino.

A produção agrícola, apesar de elevada, é insuficiente para atender ao consumo do país. O Japão produz cerca de 75% de suas necessidades alimentares, mas depende da importação de produtos como trigo, açúcar, milho, soja e carne.

Indústria

Apesar da posição ocupada pelo Japão na economia mundial, com o terceiro maior PIB do mundo (2014), o desenvolvimento industrial desse país depende da importação de matérias-primas, pois o território japonês é limitado em recursos minerais. Assim, o Japão importa todo o petróleo de que necessita, cerca de 90% do minério de ferro e manganês, 80% do cobre e muitas outras matérias-primas necessárias para abastecer suas indústrias.

Para superar essa limitação, o país adotou uma agressiva política de exportação.

Com preços competitivos, resultado do desenvolvimento de inovações tecnológicas na produção, conquistou grandes mercados, não só asiáticos, mas também norte-americanos e europeus. Além disso, investiu maciçamente na atividade mineradora fora de seu território, garantindo o suprimento de matérias-primas importantes, e estimulou a pesquisa científica e tecnológica, tornando-se líder em inovações, por exemplo, na robótica.

Pesca e Pecuária

Assim como a agricultura, a pecuária enfrenta problemas de espaço no Japão. Apesar de não existirem áreas para a ampliação de pastagens, tem crescido o consumo de carne, leite e derivados, o que é suprido por meio do aumento das importações.

O rebanho é pequeno em relação à população de mais de 126 milhões de pessoas (em 2015). O gado de corte e o leiteiro totalizam apenas 4,3 milhões de cabeças, o que corresponde à relação de uma cabeça de gado para cada grupo de 29 pessoas (no Brasil a relação é de uma por habitante). O rebanho de suínos é mais numeroso, somando aproximadamente 10 milhões de cabeças.

Merece destaque a atividade pesqueira. O Japão se destaca como o quarto país na produção de peixe, sendo superado por China, Indonésia e Índia (em 2013). Os produtos da pesca têm grande importância na alimentação da população, sendo a principal fonte de proteínas.

Os Tigres Asiáticos

No imaginário oriental, como ocorre na cultura popular de outros povos, figuras de animais representam determinadas ideias.

O tigre, originário da Ásia, por simbolizar a astúcia e a força, é utilizado para designar os países que, em curto intervalo de tempo, apresentaram um intenso e contínuo desenvolvimento econômico e social, ou que se industrializaram com muita rapidez. É o caso de Cingapura, Taiwan ou Formosa, Hong Kong e Coreia do Sul, os chamados Tigres

Asiáticos, cuja industrialização ocorreu a partir de 1960.

Em virtude do desenvolvimento industrial tardio — se comparado ao de países que fizeram a Revolução Industrial nos séculos XVIII, XIX e início do XX, como a Inglaterra, o Japão e outros —, os Tigres Asiáticos também são chamados de Novos Países Industriais, grupo que reúne ainda Brasil, México, Argentina, África do Sul, China, Turquia e os Tigres Asiáticos de segunda geração: Indonésia, Tailândia, Malásia e Filipinas.

Nesse grupo, porém, os Tigres Asiáticos se destacam pelo desenvolvimento social, que acompanhou o crescimento econômico, o que não ocorreu nos demais países de industrialização recente.

Há cerca de 50 anos, os Tigres Asiáticos estavam em posição igual ou inferior à do Brasil em relação ao desenvolvimento econômico e social. No período 2010-2015, porém, enquanto a taxa de mortalidade infantil de menores de um ano nos Tigres Asiáticos era inferior a 3‰, no Brasil o índice chegou a 20‰. As diferenças também são evidentes na comparação do PIB *per capita*: US\$ 27.970 na Coreia do Sul, US\$ 56.286 em Cingapura e US\$ 11.384 no Brasil (2014).

Cingapura



A cidade-estado de Cingapura localiza-se no sudeste da Ásia, no extremo sul da Península da Malásia, em uma ilha de 697 quilômetros quadrados, rodeada por mais de 50 ilhotas. Estende-se por 48,8 quilômetros de leste a oeste e 22,9 quilômetros de norte a sul, unindo-se ao continente asiático por uma ponte rododiferroviária e por um aqueduto que lhe assegura o abastecimento de água. Em 2015, apresentava cerca de 5,6 milhões de habitantes.

O relevo é de baixa altitude, com elevações que, em geral, não excedem os 150 metros; o clima, equatorial úmido, caracteriza-se pela pequena amplitude térmica anual.

A localização estratégica de Cingapura — ponto de apoio das rotas comerciais entre o Oceano Pacífico, a África e a Europa — sempre despertou o interesse de países colonialistas. Em 1812, foi ocupada pelos ingleses, que a mantiveram sob

domínio até 1965, quando a ilha obteve a independência.

Nas três últimas décadas do século XX, o crescimento econômico foi intenso, e Cingapura firmou-se no cenário mundial como grande centro financeiro e industrial, com empresas de tecnologia avançada e exportação de produtos de alto valor agregado, como os do setor de informática.

Hong Kong

Hong Kong abrange a ilha de mesmo nome (78 km²), 235 ilhas nas proximidades, a Península de Kowloon (10 km²) e a zona situada ao norte dessa península, chamada de Novos Territórios (974 km²). Até 1842, a região pertencia à China, mas, a partir desse ano, a Ilha de Hong Kong passou ao domínio britânico em caráter perpétuo e, em 1898, os Novos Territórios foram arrendados pelo prazo de 99 anos.

Após a Revolução de 1949, que implantou o socialismo na China, as relações entre esse país e Hong Kong foram abaladas. Com receio de perder Hong Kong para os chineses ou para o socialismo, os Estados Unidos e o Reino Unido investiram na industrialização da colônia e na formação de um importante centro financeiro e de serviços, reforçando a presença ocidental e capitalista.

Em 1997, vencido o prazo de arrendamento, toda a área foi devolvida à China, incluindo a Ilha de Hong Kong, que não poderia sobreviver sem os Novos Territórios, correspondentes a cerca de 90% da área total (1.092 km²).

Ao passar para o domínio da China Socialista, Hong Kong tentou garantir a autonomia econômica, com receio de afugentar empresas e capital, e implantou o conceito de “um país, dois sistemas”, ou seja, o socialismo na China e o capitalismo em Hong Kong, conquistando o *status* de Região Administrativa Especial da China. Em 2015, apresentava 7,2 milhões de habitantes.

Taiwan

Localizado na Ilha de Formosa, na Ásia Oriental, Taiwan é um país insular, separado do continente por um estreito de 150 quilômetros de largura, no Oceano Pacífico.

Com 35.980 quilômetros quadrados de área, apresentava mais de 23,4 milhões de habitantes em 2015.

Também chamado de Formosa, separou-se da China continental em 1949, quando a revolução comandada por Mao Tsé-tung (1893-1976) derrubou o governo e implantou o Socialismo.

Nessa época, estava no poder o Partido Nacionalista (Kuomintang), liderado por Chiang Kai-

shek. Com a revolução, esse líder político e milhares de chineses do continente se refugiaram na Ilha Formosa e aí fundaram um novo Estado com o nome de República Nacionalista da China, atual República da China. Até os dias atuais, a República Popular da China (continental) não reconhece a ilha como Estado, pois a considera uma de suas províncias e pretende reincorporá-la ao seu território.

Da mesma forma que Hong Kong, Taiwan recebeu ajuda dos Estados Unidos e do Banco Mundial para se industrializar durante as décadas de 1950 e 1960. Interessava aos Estados Unidos que Taiwan permanecesse sob sua influência e não fosse incorporada pela China. O crescimento industrial foi acelerado entre 1953 e 1985; com taxa de crescimento médio de 8,5% ao ano, o país entrou para o “clube” dos Novos Países Industriais.

Coreia do Sul

Localizada na porção sul da Península da Coreia, entre os mares Amarelo e do Japão, a Coreia do Sul, com área de 99.720 quilômetros quadrados e população de mais de 50 milhões de habitantes (2015), estende-se por 800 quilômetros de norte a sul e 200 quilômetros de leste a oeste. Ao norte, o paralelo 38°, que resultou do armistício celebrado entre as duas Coreias e pôs fim ao que ficou conhecido como Guerra da Coreia (1950-1953), separa a Coreia do Sul da Coreia do Norte, país socialista.

Como aconteceu com outros Tigres Asiáticos, a disputa por áreas de influência no mundo durante a Guerra Fria levou os Estados Unidos a apoiar o desenvolvimento econômico sul-coreano e a instalar bases militares no país.

Entre 1970 e 1980, a Coreia do Sul apresentou um crescimento econômico industrial elevado, ingressando também no “clube” dos Novos Países Industriais.

Neste período, diversificou a economia, investiu em pesquisas científicas e tecnologias e formou grandes empresas de tecnologia avançada e grandes conglomerados empresariais, os chamados chaebol, que são o conjunto de empresas pertencentes a uma mesma organização que atuam em diferentes ramos e controlam grande parte da produção do país – Hyundai, Lucky Goldstar (LG), Daewoo, Sunkyaong (SK), Ssangyong e Samsung. Estas quatro últimas, correspondem aos conglomerados empresariais coreanos que figuram na lista das cem maiores transnacionais do mundo em faturamento.

Compreensão

1. O Japão se localiza na zona de encontro das placas do Pacífico, das Filipinas e Euroasiática, O que são placas tectônicas?

2. O que foi a Era Meiji e qual foi sua importância para o Japão?

3. Podemos afirmar que, em virtude de o território japonês ser rico em recursos minerais, o seu PIB (Produto Interno Bruto) é o terceiro do mundo, ultrapassado apenas pelos dos Estados Unidos e da China? Justifique.

4. Os Tigres Asiáticos, incluídos no grupo dos Novos Países Industriais, diferenciam-se de outros países desse conjunto, como Brasil, México, Argentina, China etc. Em que eles se diferenciam?

5. Leia as proposições a seguir, assinale a incorreta e explique a sua incorreção.

a) Cingapura é uma cidade-estado localizada em uma ilha no extremo sul da Península da Malásia.

b) Hong-Kong foi domínio francês até o ano de 1997, quando, então, foi incorporada à China com status de Região Administrativa Especial da China.

c) Taiwan, na Ilha de Formosa, pertenceu à China Continental até 1949. Separou-se desta em razão da revolução socialista ocorrida nesse ano.

d) A Coreia do Sul, há cerca de 50 anos, encontrava-se em posição igual ou inferior à do Brasil no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Hoje, encontra-se muito além do Brasil.

Capítulo 10

Oriente Médio: Aspectos Gerais, Humanos e Físicos

A expressão “Oriente Médio” foi criada pelos europeus, no passado, para designar a região da Península Arábica que se localiza a oriente da Europa — mas não a oriente para australianos, chineses ou japoneses. Assim, essa denominação reflete uma visão eurocêntrica, ou seja, que considera a Europa o centro do mundo ou ponto de referência para a localização geográfica de outras regiões da Terra. Da mesma forma, surgiram na Europa as expressões Oriente Próximo (Turquia, Líbano e Síria) e Extremo Oriente, conjunto de países da Ásia Oriental que reúne China, Japão, as Coreias, a Indochina e a Insulíndia.

Localizado no sudoeste da Ásia, o Oriente Médio é a “ponte de ligação” entre a Ásia, a Europa e a África. A região compreende 16 Estados, além da Palestina, que depende de negociações em curso para se tornar um Estado soberano.

Vários desses países, submetidos durante muito tempo à dominação estrangeira, são de formação recente, com exceção do Irã — antiga Pérsia.



As áreas territoriais desses Estados que compõem o Oriente Médio são muito diferentes entre si. Da área total da região, 6.844.398 km², sete países — Arábia Saudita, Irã, Turquia, Afeganistão, Iêmen, Iraque e Omã — abarcam 93% dela. Com 2.149.690 km², a Arábia Saudita é o país de maior extensão territorial; o Barein, com 760 km² — pouco maior que o município de Goiânia (733 km²), capital do estado de Goiás —, é o menor país da região.

No Oriente Médio, os climas desértico e semiárido, somados às altitudes do relevo, condicionam a vida humana, a distribuição da população pelo território e a prática da agricultura e da pecuária.

Nos desertos do Oriente Médio, o clima desértico dificulta a fixação humana; por isso, a região apresenta baixa densidade demográfica.

Nas áreas de clima mediterrâneo, que se estendem da porção sul da Turquia aos litorais da Síria, do Líbano e de Israel, prolongando-se por uma faixa de terras iraquianas e iranianas, as densidades demográficas são mais elevadas (média e alta).

Além das áreas de clima mediterrâneo, a Planície da Mesopotâmia, formada pelos rios Tigre e Eufrates, destaca-se com densidades demográficas que variam de média a alta. A Planície da Mesopotâmia é o berço de antigas civilizações (sumérios, caldeus, assírios etc.), que lá se desenvolveram graças ao aproveitamento da água dos rios para a prática da agricultura e da pecuária.

Nas altas montanhas do Irã e na porção leste da Turquia e do Afeganistão, as altitudes elevadas e os climas frio e frio de alta montanha, com queda de neve, dificultam a fixação humana.

Nas áreas desérticas, a precipitação é praticamente nula e a amplitude térmica anual é elevada, como ocorre em Riad, capital da Arábia Saudita. Nessas áreas, o aproveitamento agrícola só é possível por meio de técnicas de irrigação.

Já nas áreas de clima mediterrâneo, que favorece o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, onde se localiza, por exemplo, Beirute, capital do Líbano, a precipitação média anual é cerca de 900 milímetros e a amplitude térmica anual situa-se em torno de 20 °C.

De todos os países do Oriente Médio, apenas o Afeganistão e a Jordânia não possuem litoral. O Golfo Pérsico concentra a maior produção de petróleo do mundo; por isso, também é chamado de “golfo do petróleo”.

População, Religião e Idiomas

Com aproximadamente 353 milhões de habitantes em 2015, o Oriente Médio concentrava 4,8% da população mundial. O país mais populoso é a Turquia, com 78,6 milhões de habitantes, e o menos populoso, o Barein, com 1,3 milhão de habitantes.

Com exceção de Israel, onde a maioria da população segue o judaísmo, os povos do Oriente Médio professam, predominantemente, o islamismo, religiões compostas principalmente pelas seitas xiitas e sunitas.

O árabe é a língua falada na maioria dos países do Oriente Médio. O árabe clássico — língua literária e religiosa — foi perpetuado pelo Corão. No século XX, estruturou-se o árabe moderno,

derivado do árabe clássico, que é utilizado por intelectuais, políticos, professores, diplomatas etc. A população, em geral, não utiliza o árabe moderno, e sim dialetos, o que dificulta a comunicação entre pessoas de países diferentes. No Irã, por exemplo, o persa — língua oficial do país e um dos oficiais do Afeganistão — utiliza o alfabeto árabe acrescido de alguns símbolos; em Israel, os idiomas oficiais são o hebraico e o árabe.

Muito Petróleo, pouca Água

Calcula-se que cerca de 48% das reservas mundiais de petróleo conhecidas localizam-se no Oriente Médio. Entretanto, a região convive com a escassez de água, e poucas áreas são favoráveis à agricultura. Observe a figura 9: embora a legenda indique áreas de desertos, eles não se limitam a essas regiões; estendem-se também pelas regiões marcadas em amarelo, que indicam as zonas utilizadas para a criação nômade de gado. O rebanho — ovinos, caprinos e camelos — não pode se fixar numa mesma área, pois aí predominam estepes ralas, o que leva o pastoreio a se deslocar constantemente em busca de alimento.

Com exceção das áreas onde surgem os oásis, a região é marcada por uma grande limitação para o desenvolvimento agrícola. Mesmo com o uso da irrigação, principalmente na produção de cereais e legumes, os países do Oriente Médio dependem da importação de alimentos. A Arábia Saudita, país de maior dependência, importa cerca de 90% dos alimentos de que necessita.

Tensão pela água no Oriente Médio

Escassa, a água no Oriente Médio constitui uma questão complexa. Para entender um pouco esse cenário, veja a seguir alguns dos principais conflitos que envolvem esse bem natural na região.

Os países da Península Arábica, além de Jordânia, Síria, Israel e Cisjordânia (território palestino com ocupação israelense), enfrentam o problema da escassez de água. Embora se obtenha água nas usinas de dessalinização, a Arábia Saudita e os pequenos países do Golfo Pérsico são importadores de água potável.

Os rios Tigre e Eufrates nascem em território turco; daí correm em direção sudeste e atravessam a Síria e o Iraque, formando neste a histórica e fértil planície da Mesopotâmia (que quer dizer “terra entre dois rios”).

A Turquia, desde 1980, elaborou um projeto — Projeto da Grande Anatólia — para transformar o sudeste do país, região de estepes secas, numa área de produção agrícola e de geração de energia elétrica. Para tanto, construiu barragens, canais de irrigação e hidrelétricas, principalmente no curso do Rio Eufrates.

Com isso, a Síria, que depende largamente das águas do Rio Eufrates, e o Iraque, que tem toda a vida humana relacionada a esse rio e ao Rio Tigre, constataram a diminuição do volume de água nos trechos que atravessam seus territórios. Apesar de protestos, de contatos diplomáticos e de ameaças, a Turquia continuou com a execução do projeto, fato responsável pela tensão até hoje entre esses países.

A Bacia do Rio Jordão abrange terras da Síria, do Líbano, da Jordânia, da Cisjordânia (Palestina) e de Israel. O Rio Jordão, que corre do norte para o sul, separa Israel da Síria e a Cisjordânia da Jordânia e deságua no Mar Morto.

Dos quatro rios que formam o Jordão, somente o Rio Dan tem nascente em Israel. Yarmouk e Banias nascem na Síria, e o Rio Hasbani nasce no sul do Líbano.

O Jordão é um rio de pequeno volume de água, graças aos baixos índices pluviométricos anuais da região por onde passa — menos de 250 mm ao longo de seu curso — e à forte evaporação em decorrência das elevadas temperaturas.

Na guerra de 1967 — Israel ocupou as Colinas de Golan, na Síria, localizadas na fronteira entre os dois países. Essa ocupação, mantida até os dias atuais, não teve apenas o objetivo de proteger a fronteira israelense; visou também impedir que a Síria construísse um canal de derivação das águas do Rio Yarmouk aí localizado. Caso o canal fosse construído, o volume de água do Rio Jordão diminuiria e afetaria a disponibilidade de água para Israel. A Guerra dos Seis Dias pode ser entendida também como uma guerra pela água.

A questão da água leva ainda a compreender por que Israel resiste em deixar os territórios por ele ocupados na Cisjordânia durante essa guerra. Por meio da perfuração de poços, Israel retira desse território mais de 60% da água que utiliza, destinando-a, principalmente, à irrigação agrícola. Com o controle da água, Israel a distribui segundo seus interesses.

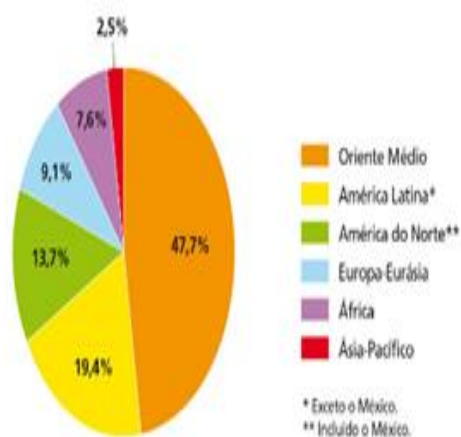
O Petróleo

O Golfo Pérsico é formado por um mar epicontinental, ou seja, um mar costeiro alojado sobre a plataforma continental dos países banhados por suas águas. Pouco profundo, com cerca de 30 metros, comunica-se com o Golfo de Omã e com o Oceano Índico pelo Estreito de Ormuz. Ponto estratégico para o transporte de petróleo, esse estreito separa as terras dos Emirados Árabes Unidos e de Omã das terras do Irã.

Nas bordas do Golfo Pérsico localizam-se sete países: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Barein, Kuait, Iraque e Irã (figura 14). Em

todos eles, a exploração de petróleo e gás natural é a principal fonte de renda.

A história geológica favoreceu o Oriente Médio. Nessa região, ao longo de milhões de anos, ocorreu o processo de deposição de micro-organismos marinhos animais e vegetais — chamados de plânctons —, que deram origem ao petróleo, fonte de riqueza dos países que aí se formaram. Estima-se que 47,7% das reservas mundiais de petróleo estão localizadas no Oriente Médio; só a Arábia Saudita detém cerca de 15,7% das reservas totais, e o Irã, 9,3%.



Por causa de seus recursos petrolíferos, o Oriente Médio tem importância estratégica, geopolítica e econômica no cenário mundial. Os países da Europa Ocidental, os Estados Unidos, a China e o Japão, maiores consumidores de petróleo, dependem do fornecimento da região e procuram manter alianças com os países produtores, visando assegurar suas fontes de abastecimento.

Há interesses também por parte de alguns países do Oriente Médio em manter alianças com os Estados Unidos. Na Arábia Saudita, por exemplo, alguns setores da sociedade estão descontentes com a forma de governo do país, uma monarquia absolutista islâmica, ou seja, um governo autocrático, em que o rei detém o poder e governa de acordo com a Sharia, lei fundamentada em princípios islâmicos; não há uma Constituição. Além disso, grupos xiitas do Iraque e do Irã são motivos de preocupação para o reinado da dinastia Saud da Arábia Saudita, que teme perder o poder conquistado desde o início do século XX.

Por isso, o governo desse país procurou o alinhamento com os Estados Unidos contra eventuais ameaças. Em troca, por ser o maior produtor de petróleo do Oriente Médio e exercer grande influência sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a Arábia Saudita tem força suficiente para evitar colapsos no fornecimento do “ouro negro” para o mercado mundial e, particularmente, para os Estados Unidos. A presença militar estadunidense ocorre em todos

os países do Golfo Pérsico, menos no Irã, que mantém uma série de impasses com países do Ocidente.

Em geral, esses impasses são relativos à oposição do governo iraniano à existência do Estado de Israel e à falta de apoio dado pelas potências do Ocidente à causa palestina. Soma-se a esse fato a acusação de que o Irã estimula o confronto entre xiitas e sunitas iraquianos e desenvolve um programa nuclear com fins militares.

A China tem se aproveitado desses impasses para se aproximar do Irã. O mesmo ocorre com países da Ásia Central, como Uzbequistão, Cazaquistão e Turcomenistão, que, também ricos em petróleo, despertam o interesse da Rússia, da China e dos Estados Unidos.

Compreensão

1. Explique por que a expressão “Oriente Médio” reflete uma Visão Eurocêntrica.

2. Caracterize a agricultura do Oriente Médio.

3. Sobre a Bacia do Rio Jordão, responda às questões a seguir.

a) Indique os países e os territórios localizados nessa bacia.

b) Além da intenção de proteger sua fronteira, que outro fator motivou Israel a ocupar as Colinas de Golan, na Síria, na Guerra dos Seis dias?

4. A que se deve a importância geopolítica e econômica do Oriente Médio no cenário mundial?

5. Leia o fragmento de texto e responda:

“[...] Mas o que é esse ‘Oriente’? Onde ele fica? Quem são seus habitantes? Para a maioria das pessoas, ‘Oriente’ é um lugar misterioso e mágico, onde há ou houve tapetes voadores, príncipes e

reis, terras longínquas, costumes e tradições incompreensíveis e 'atrasadas'. Nesse lugar mitológico, que só existe em nossa imaginação, não há pessoas reais, de carne e osso. Há pessoas cobertas de véus, camelos, islâmicos raivosos e fanáticos [...]"

ARBEX, José. Islã: um enigma de nossa época. São Paulo: Moderna, 1996. p. 97.

Em sua opinião, o que teria sido responsável por difundir mundialmente essa imagem mítica do Oriente?

Capítulo 11

Israel e Palestina

Desde épocas remotas, as terras que hoje correspondem a Israel, Cisjordânia, Faixa de Gaza e imediações eram ocupadas por árabes e hebreus. Ao longo da história, essas terras foram invadidas por vários povos — babilônios, assírios, persas, gregos, romanos e otomanos. Uma das invasões de Jerusalém, em 586 a.C., por Nabucodonosor, imperador da Babilônia, provocou a primeira diáspora judaica. Em 70 a.C., com a cidade sob o domínio romano, ocorreu a segunda diáspora. Após outras invasões e alternâncias de poder, a região passou a fazer parte do Império Otomano, em um período que se prolongou até 1917.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os britânicos ocuparam a região para combater os otomanos, aliados da Alemanha. Nessa tarefa, foram ajudados pelos árabes locais. Terminadas a guerra e a dominação otomana, a Sociedade das Nações (conhecida também com o nome de Liga das Nações), em 1922, delegou à Grã-Bretanha um mandato sobre a região, que, desde os tempos bíblicos, seria a Palestina para os árabes e Canaã para os judeus.



A partir de 1896, a publicação do livro *O Estado judeu*, do jornalista judeu Theodor Herzl, que vivia na Áustria, reacendeu nesse povo o desejo de recriar um Estado próprio para colocar fim à sua dispersão no mundo e às perseguições. Os judeus desejavam voltar para suas antigas origens, Canaã. Com esse livro, nasceu um movimento que ficou conhecido pelo nome de sionismo (de Sion, nome de uma colina de Jerusalém onde há dois mil anos se desenvolveram os reinos israelitas), que tinha como objetivo recriar o Estado judeu.

A partir daí, iniciou-se um fluxo migratório de judeus para a região, principalmente da Europa Central e Oriental, onde o antissemitismo era mais intenso. Com dinheiro coletado entre a comunidade judaica espalhada pelo mundo, terras ocupadas por árabes passaram a ser compradas, dando lugar às colônias agrícolas judaicas (kibutz).

O crescimento dos kibutzim provocou reações de descontentamento dos árabes palestinos, que

constituíam a maioria da população na região. Calcula-se que, no início do século XX, viviam ali cerca de 500 mil árabes e 50 mil judeus; com a imigração, estima-se que, em 1930, os judeus somavam 300 mil e, em 1947, cerca de 480 mil.

À medida que os fluxos migratórios para a região aumentavam, cresciam os conflitos entre os dois povos. Os árabes palestinos sentiram-se ameaçados nos seus direitos sobre a terra. Em 1936, os britânicos, ao perceber que os conflitos poderiam se ampliar, elaboraram um plano de divisão da região em dois Estados, um árabe e outro judeu. A proposta foi rechaçada pelos árabes.

A Grã-Bretanha, que tinha grandes interesses no petróleo do mundo árabe, acabou não insistindo na proposta. Assim, diante da resistência árabe e do pouco empenho da Grã-Bretanha na criação do Estado judeu, o movimento sionista se acirrou, com a organização de grupos armados dispostos a combater a resistência árabe e britânica, o que levou aos primeiros atentados na região.

A Criação do Estado de Israel

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o massacre do povo judeu provocado pelo regime nazista alemão, a causa da criação do Estado judeu ganhou simpatizantes em todo o mundo. Assim, diante da frequência dos ataques armados das organizações sionistas contra os britânicos na Palestina, a Grã-Bretanha levou a questão da criação do Estado de Israel à ONU.

No dia 29 de novembro de 1947, a ONU aprovou um plano de divisão da região pelo qual se criava o Estado de Israel, com 14 mil km², e o Estado Palestino, com 11,5 mil km² de terras descontínuas, estendendo-se pela faixa de Gaza e pela Cisjordânia.



A Liga Árabe, fundada em 1945 pelos países árabes, incluindo os palestinos, com o objetivo de fortalecer a unidade e a cooperação entre os países-

membros, não aceitou a partilha proposta pela ONU, nem a criação do Estado de Israel.

Tais acontecimentos acirraram os conflitos entre as partes, inaugurando um novo capítulo de impasses, guerras, ocupações territoriais, atentados e animosidade entre árabes e israelenses, que, transcorridos cerca de 60 anos, ainda não cessaram.

As Forças Radicais

Do lado palestino, os radicais islâmicos — grupo Hamas, Hezbollah, Jihad islâmico, Brigada dos Mártires de Al Aqsa, entre outros — opõem-se ao reconhecimento do Estado de Israel; do lado israelense, grupos também radicais rejeitam a formação do Estado Palestino, defendendo até mesmo a expulsão dos palestinos da região e a ocupação da Cisjordânia. Essas posturas têm prejudicado a evolução das negociações e o estabelecimento da paz.

Outro grande impasse entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina diz respeito a Jerusalém. Em Jerusalém Oriental, vivem cerca de 200 mil palestinos que desejam instalar aí a capital de seu futuro Estado — o que não é aceito por Israel, que considera a cidade pertencente aos judeus.

Esse problema, somado às questões de acesso e controle da água e ao retorno dos refugiados palestinos, calculados em 3,5 milhões, e às dificuldades daí decorrentes (relacionadas a habitação, trabalho, hospitais, escolas, entre outros), torna a questão mais complexa.

Compreensão

1. O que foi o sionismo?

2. Explique o que é antissemitismo e indique o período histórico marcado por sua intensa manifestação.

3. Em relação à formação do Estado de Israel, responda às questões a seguir.

a) Quando e como foi feita a partilha do território pela ONU?

b) Qual foi a decisão da ONU em relação a Jerusalém? Essa decisão foi respeitada posteriormente?

4. Quando foi fundada a Liga Árabe e que postura adotou diante da resolução da ONU de partilha territorial e criação do Estado de Israel?

5. Qual é o significado da seguinte frase: “o radicalismo de grupos palestinos e de judeus israelenses obstrui a paz”?

6. Além dos fatores que você respondeu na atividade anterior, indique outros que dificultam a paz entre árabes palestinos e israelenses.

7. O que foi a Guerra do Yom Kippur?

8. Em 2009, os Estados Unidos reprovaram publicamente uma medida adotada pelo governo de Israel. Que medida foi essa?

9. A política de implantação de assentamentos israelenses na Cisjordânia e a construção de um muro por Israel, que não obedece às fronteiras de 1947, são também entraves para a paz entre os dois povos, israelenses e palestinos. Explique essa afirmação.

Capítulo 12

China: a nova Potência

Com 9.596.960 quilômetros quadrados, a República Popular da China ocupa 25% da superfície do continente asiático e é o terceiro maior país do mundo em extensão territorial, superado apenas por Rússia e Canadá.

Localizada na Ásia Oriental, a China soma 22.800 quilômetros de fronteiras terrestres, e a linha costeira, banhada predominantemente pelo Oceano Pacífico, abrange mais de 18.000 quilômetros, sem contar o litoral das mais de 6 mil ilhas que compõem o imenso país. É formada ainda por 22 províncias, quatro cidades administradas diretamente pelo governo central, cinco regiões autônomas e duas regiões administrativas especiais: Hong Kong, que você estudou no, e Macau.



A cidade de Macau, com 28,2 quilômetros quadrados e situada em uma península do estuário do Rio Pérola, pertenceu a Portugal do século XVI até o final de 1999. Nesse ano, Macau voltou a ser território chinês após um acordo com Portugal. Os portugueses a receberam em 1557, como presente do imperador chinês em reconhecimento à ajuda no combate ao pirata Chau Tselao. Atualmente, a economia de Macau baseia-se no turismo e na indústria têxtil. Em 2015, sua população era estimada em cerca de 600 mil habitantes.

A População Chinesa

A China é o país mais populoso do mundo — em 2015, apresentava mais de 1,3 bilhão de habitantes. Para conter o crescimento populacional acelerado adotou, em 1979, a política demográfica do “filho único”.

Apesar do número elevado de habitantes, a população se distribui de forma desigual pelo território.

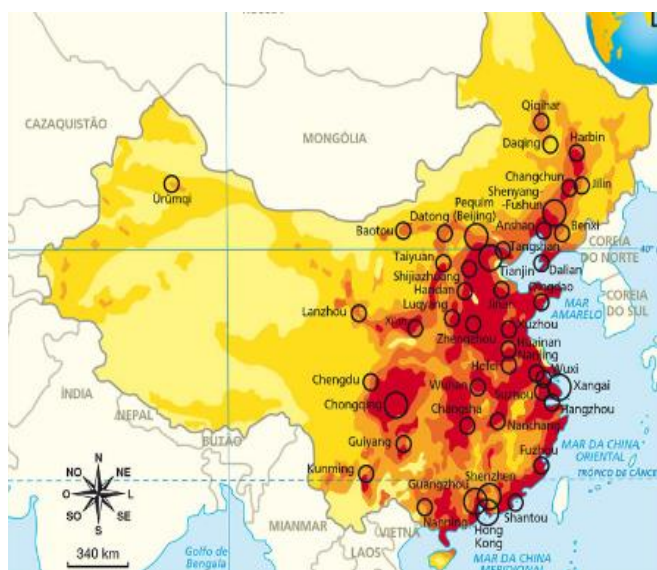
Diante do grande crescimento demográfico da China, em 1979 o governo adotou, nas zonas urbanas, a lei “um casal, um filho”. Nas zonas rurais, foram permitidos dois filhos por casal, considerando que eles representam força de trabalho para a família no campo.

Essa lei gerou vários problemas, como abandono de bebês, abortos, esterilizações em massa e extermínio de recém-nascidos. Além disso, os pais que têm o segundo filho perdem o emprego, e suas crianças são impedidas de frequentar a escola.

No final de 2013, o governo chinês reformulou a política do filho único, permitindo que os casais tivessem um segundo filho, desde que um dos pais fosse filho único. E, no final de 2015, foi abolida a política do filho único, em decorrência da necessidade de ampliar a força de trabalho e amenizar o impacto do envelhecimento da população. Segundo estimativas, a proporção da população com mais de 60 anos poderia chegar a 35% em 2053.

A Distribuição da População

Apesar de numerosa, a população da China se distribui de maneira desigual pelo território.



A parte leste, de clima temperado e subtropical, com terras férteis e predomínio de planícies, é a mais industrializada e povoada, com áreas cuja densidade demográfica supera 200 hab./km².

Na porção oeste, árida e com altitudes mais elevadas, encontra-se o deserto de Takla Makan, e na porção norte — onde está o deserto de Gobi — verificam-se baixas densidades demográficas: vastas porções desses territórios registram menos de 1 hab./km².

A Economia Socialista

Após a Segunda Guerra Mundial, libertos da invasão japonesa, nacionalistas e comunistas chineses disputaram o poder político. Em 11 de

outubro de 1949, sob a liderança de Mao Tsé-tung, os comunistas saíram vencedores e proclamaram a República Popular da China.

No início de seu governo, entre os anos de 1949 e 1953, os revolucionários chineses adotaram o modelo soviético de desenvolvimento, tendo por base a estatização dos meios de produção, o desenvolvimento industrial com prioridade para a indústria de base e o planejamento econômico, político e social centralizado.

Já em 1955, porém, os dirigentes chineses perceberam que esse modelo de desenvolvimento não era adequado ao país. A realidade social, econômica e cultural da China distinguia-se completamente da realidade russa na época da revolução de 1917. A China era, em 1949, uma sociedade de base agrária: 90% da população estava no campo, e o país não tinha realizado sua revolução industrial.

Dessa maneira, a partir de 1956 os planos econômicos foram modificados e a prioridade passou a ser a agricultura e não a indústria de base. O objetivo então era desenvolver ramos industriais que favorecessem o desenvolvimento e a modernização da agricultura (indústria de adubos e fertilizantes, equipamentos de irrigação de terras, tratores, implementos agrícolas).

As mudanças na organização da atividade agrícola chinesa, com a revolução socialista, foram realizadas em etapas distintas: de 1949 a 1984, os dirigentes chineses implantaram cooperativas agrícolas e comunas populares e decidiram pela extinção destas em 1984, substituindo-as por unidades de administração privada. Em 1989, 92% das terras já se encontravam sob gestão particular.

A Política de “Portas Abertas”

O restabelecimento parcial da propriedade privada na agricultura, em 1984, foi apenas uma das iniciativas do Estado chinês no contexto de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes. Entre as principais mudanças radicais na economia, destacam-se ainda:

- ✓ Introdução controlada de lucro nas empresas;
- ✓ Adoção de salário diferenciado entre os trabalhadores, tendo como base o mérito, o cargo e a função (antes a remuneração era igual para todos os trabalhadores);
- ✓ Permissão para a entrada de capital e tecnologia estrangeiros;
- ✓ Ampliação das trocas comerciais;
- ✓ Concessão de autonomia às empresas estatais (que passaram a ter liberdade de comercializar sua produção e de comprar matérias-primas); em vez de entregar a renda ao Estado, como faziam

anteriormente, as empresas passaram a pagar impostos e a aplicar parte da renda em sua modernização;

- ✓ Aquisição de modernas tecnologias de produção;
- ✓ Elevação dos níveis de consumo da população;
- ✓ Criação da Bolsa de Valores de Pequim;

Essas medidas ficaram conhecidas como a “política de portas abertas”, promovida pelo mandatário chinês Deng Xiaoping, que assumiu o governo em 1976. Elas permitiram a abertura e a modernização da economia por meio de uma política estatal deliberada, controlada pelos líderes do Partido Comunista, e influenciaram não só setores da economia, mas o desenvolvimento do país como um todo, até os dias atuais.

Com essas e outras medidas, a agricultura e a indústria cresceram de forma significativa. O ritmo de evolução da indústria foi espetacular: 13% ao ano, no período de 1981 a 1989, mantendo-se elevado até a atualidade.

Nova potência do Século XXI?

No decorrer da década de 1990 e nos anos 2000, o PIB chinês apresentou um crescimento elevado, em torno de 10% ao ano.

Com as reformas econômicas anunciadas em 1984, o Estado privilegiou a indústria de bens de consumo, fazendo a produção crescer consideravelmente em pouco tempo, o que tornou a China uma grande exportadora de bens de consumo para diversas partes do mundo.

Essa abertura econômica, iniciada com Deng Xiaoping (falecido em fevereiro de 1997, aos 92 anos de idade), tem tido continuidade com seus sucessores.

Entre 1990 e o final de 2001, o PIB chinês quintuplicou, e em 2014 atingiu a cifra de mais de 10,3 trilhões de dólares, constituindo, nesse ano, o segundo maior PIB do mundo, ultrapassado apenas por Estados Unidos (17,4 trilhões de dólares).

Em 2009, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (em inglês South Africa) formaram o BRICS — sigla composta pelas primeiras letras desses países. Os objetivos dos BRICS são de cooperação para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico, cooperação científica e tecnológica, entre outros.

Ausência de Democracia

O processo de modernização e abertura da economia chinesa foi e continua sendo uma política estatal elaborada e controlada pelos líderes do Partido Comunista, que assumem a posição de defensores dos interesses do povo e da nação. O Estado chinês é o Partido Comunista, já que não existem outros partidos políticos na China. Dessa

maneira, constitui-se uma estrutura política autoritária e ditatorial, que tem por base o monopartidarismo, e não o pluripartidarismo. Não existe democracia, nem liberdade de expressão escrita ou falada.

Em 1989, ocorreu uma importante manifestação popular em Pequim (Beijing), que reivindicava democracia e liberdade de expressão no país. Esse acontecimento ficou conhecido como a Manifestação da Praça da Paz Celestial, pois ocorreu na praça de mesmo nome, e foi reprimido pelo aparato militar do Estado chinês. O episódio deixou clara a determinação do Estado comunista de manter o controle político e do processo de transição da economia chinesa. Milhares de manifestantes morreram, outros foram presos ou condenados à morte.

Desigualdades Regionais

Em 1979, a China criou quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEE), nas quais é permitido às empresas estrangeiras investir capital e tecnologia, em associação ou não com empresas estatais chinesas. Investindo nas ZEE, as empresas gozam de privilégios oferecidos pelo Estado, como facilidades na exportação e importação. Depois de 1984, foram criadas outras zonas para o investimento estrangeiro em catorze cidades costeiras. Essa abertura dinamizou a economia.

As dez províncias da fachada litorânea, onde vivem 37% da população chinesa, recebem 80% dos investimentos estrangeiros diretos, são responsáveis por 88% das exportações e por 90% das importações. Somente a província de Guangdong realiza 40% do comércio exterior chinês.

Uma das consequências dessa política foi aumentar as diferenças entre as regiões costeiras e as do interior do país, que permaneceram à margem do processo de internacionalização, enquanto as primeiras se integram cada vez mais aos fluxos mundiais de produção e trocas comerciais.

A prosperidade industrial da China tem provocado grandes deslocamentos populacionais das zonas rurais para as urbanas, acarretando consequências, como falta de moradias, problemas de congestionamento de trânsito, lixo urbano, transporte etc. É nesse sentido que se fala que a China está sofrendo uma desruralização.

As cidades das zonas costeiras do país não absorvem grande parte dessa mão de obra migrante; assim, ampliam-se os mercados informais de trabalho. Ex-camponesas, por exemplo, procuram emprego como domésticas, saindo diariamente dos bairros pobres em direção aos bairros ricos. Surge uma forte tensão entre o

mundo operário, estabelecido nas cidades, e o novo setor operário, de origem rural, que busca sobreviver diante das mudanças.

Compreensão

1. Aponte as razões pelas quais a China aboliu a política do filho único no final de 2015.

2. Cite as características do modelo soviético implantado na China após a revolução socialista de 1949.

3. Explique o que foi a “política de portas abertas” na China e sua relação com o atual grau de desenvolvimento do país.

4. Qual é a importância das ZEE (Zonas Econômicas Especiais) para o dinamismo da economia chinesa? Cite exemplos.

5. Explique o que é o processo de desruralização da China.

6. Quais são os desafios ambientais relacionados à prosperidade econômica chinesa?

7. A China é um país democrático? Explique sua resposta.

Capítulo 13

Índia: Um País Emergente

Aspectos Gerais

Com 3.287.263 quilômetros quadrados, a Índia localiza-se no sul da Ásia e ocupa a maior parte do subcontinente indiano. Sétimo maior país em extensão do mundo, foi colônia britânica até 1947.

No período das grandes navegações europeias do século XVI, a Índia já sofria influências estrangeiras. Inicialmente, foram implantadas bases e feitorias europeias, ou seja, entrepostos comerciais europeus em território indiano. No século XIX, o controle informal sobre a Índia tornou-se formal, e o território indiano, além dos atuais territórios do Paquistão, de Bangladesh e Mianmar, transformou-se em colônia britânica.

A partir de 1920, teve início um movimento pela libertação da Índia do domínio britânico, liderado por Mohandas Karamchand Gandhi, depois chamado Mahatma Gandhi (Grande Alma), por causa de sua dedicação à causa indiana e pela forma de conduzir a oposição aos britânicos, baseada na política da resistência e desobediência civil sem o uso de violência.

Em 15 de agosto de 1947, os britânicos reconheceram a independência da Índia, que ficou bipartida em dois Estados: a União Indiana, povoada por uma população majoritariamente seguidora da religião hinduísta, e o Paquistão, dividido em Paquistão Oriental e Paquistão Ocidental, ocupado predominantemente por muçulmanos.

Em 1971, após muitos conflitos entre várias facções muçulmanas, o Paquistão Oriental proclamou a independência e alterou seu nome para Bangladesh.



A População

A Índia é a maior democracia do mundo e, na Ásia, uma das mais antigas. Concentra mais de 17% da população mundial — 1,3 bilhão de habitantes (2015) —, sendo superada apenas pela China.

Na Índia, as menores densidades demográficas são encontradas nas florestas e zonas áridas do oeste e nas montanhas do norte. As mais elevadas concentram-se nas planícies dos rios Indo e Ganges, nos deltas dos rios e nos núcleos urbanos mais importantes. No vale do Ganges, há vastas áreas cuja densidade demográfica é superior a 200 hab./km², o que faz dessa região uma das áreas de maior concentração populacional do planeta.

As Principais Cidades

Délhi é a maior aglomeração urbana indiana. Localizada no norte da Índia, no alto Ganges, contava com 25 milhões de habitantes em 2015. Nesse ano, era a terceira cidade mais populosa do mundo, superada por Tóquio, capital do Japão, com 37,8 milhões de habitantes, e por Jacarta, capital da Indonésia, com 30,5 milhões de habitantes (São Paulo figurava como a 11ª mais populosa, com 20,3 milhões de habitantes). Dentro da metrópole de Délhi situa-se Nova Délhi, com 42,7 quilômetros quadrados, capital da Índia.

Mumbai, antiga Bombaim, é a capital financeira e comercial do país, além de abrigar o porto mais importante. Localizada no Planalto do Decã, na porção oeste da Índia, é a segunda maior aglomeração urbana indiana, com cerca de 17,7 milhões de habitantes em 2015.

Calcutá, com 14,6 milhões de habitantes (2015) — terceira maior aglomeração urbana da Índia —, localiza-se no estado de Bengala Ocidental, no nordeste do país, no delta do Rio Ganges.

Além de abrigar um dos portos mais importantes da Ásia, é considerada a capital cultural do país. De maneira geral, as condições de vida da população são mais precárias quando comparadas às existentes em Mumbai e Délhi.

Desigualdades Socioeconômicas

Grande parte da população indiana padece de fome e de desnutrição, vive em precárias condições de habitação e de saneamento básico, além de enfrentar elevada taxa de desemprego e grande desigualdade na distribuição de renda.

O país também apresenta alta taxa de mortalidade infantil de menores de um ano (41,4‰), baixa esperança de vida média (68,0 anos) e elevada taxa de analfabetismo de adultos (37,2% entre a população de 15 anos ou mais), entre outros problemas sociais.

Ao lado de razões históricas e econômicas, a estrutura social do sistema de castas contribui para as precárias condições sociais em que vivem milhões de indianos. Ainda bastante influente na cultura e no convívio das pessoas, principalmente no meio rural, dificulta a ascensão social de muitos indianos, pois, além de impedir o casamento entre pessoas de castas diferentes, desperta reações contra programas sociais do governo destinados a beneficiar os menos favorecidos.

As desigualdades regionais também são muito grandes. Enquanto o estado de Pradesh, situado ao norte, com cerca de 150 milhões de habitantes, tem indicadores sociais abaixo da média nacional e vive em condição de extrema pobreza, no estado de Kerala, ao sul, a população apresenta melhores condições de vida: cerca de 90% dos habitantes sabem ler e escrever, e a taxa de mortalidade infantil é de 17‰, bem abaixo da média nacional.

Diversidade Étnica, Linguística e Religiosa

A Índia é um país de grande diversidade linguística. O inglês e o híndi são as línguas oficiais, mas a Constituição indiana reconhece dezesseis línguas regionais e mais de 1.600 dialetos. O híndi é falado por quase 40% da população, seguido pelo télugo, o bengali, o marati, o tâmil, o urdu e muitas outras.

Quanto à religião, os dois maiores grupos são formados pelos hinduístas, que representam cerca de 80,0% da população, e pelos seguidores do Islamismo, que somam 13,4%. As demais possuem menos seguidores: cristãos, 2,3%; sikhis, 1,9%; budistas, 0,7%; e outros 1,7%.

Dois troncos étnicos predominam na Índia: o ariano ou hindu, ao norte, e o dravidiano, ao sul. Ao longo da história, ocorreu grande miscigenação entre eles. Além desses, há os mongóis, que habitam a região montanhosa ao norte do país, e outros grupos étnicos minoritários.

A sociedade indiana convive com conflitos étnicos, marcados pelo desejo de separatismo por parte de minorias, fato que ameaça sua unidade. Alguns deles estão relacionados ao estabelecimento das fronteiras nacionais a partir das fronteiras coloniais.

O noroeste da Índia, no estado do Punjab, são frequentes os conflitos armados envolvendo os sikhis, minoria étnico-religiosa que soma cerca de 26 milhões de pessoas. Os sikhis reivindicam a separação do Punjab da República da Índia, e os indianos se recusam a perder essa rica região agrícola.

Em um dos grandes conflitos, em 1984, cerca de 1.700 adeptos da seita sikhi foram mortos. Os sikhis responderam com o assassinato da primeira-

ministra Indira Gandhi. As tensões e os conflitos continuam ainda nos dias atuais.

A Questão da Caxemira

São frequentes os confrontos entre hinduístas e muçulmanos em diversas partes do território indiano. O principal deles está na Caxemira, região entre a Índia e o Paquistão, habitada predominantemente por muçulmanos.

Dois terços do território da Caxemira são controlados pela Índia, que se nega a abdicar da região. Com o apoio do Paquistão, a população muçulmana da Caxemira reivindica a separação. Em 2001, o Paquistão propôs que se realizasse um plebiscito na Caxemira, quando então seus habitantes se manifestariam sobre o país a que desejariam pertencer. A Índia rejeitou a proposta, mantendo o problema sem solução.

Para agravar ainda mais a questão geopolítica da Caxemira, tanto a Índia como o Paquistão detêm tecnologia nuclear e realizam testes nucleares para demonstrar suas capacidades destrutivas. As cinco potências nucleares mundiais (Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, França e China) repudiam os testes e tentaram em vão fazer com que os dois países aderissem ao Tratado de Proibição de Testes Nucleares.

No decorrer dos anos de 2000 e 2010, a Caxemira continuou sendo um foco de tensão no globo, colocando sob ameaça a coexistência pacífica na Ásia Meridional.

A Economia Indiana

A economia indiana é marcada por grandes contrastes: de um lado, milhões de habitantes vivem em condições de vida precárias e, de outro lado, centros universitários de alto nível possibilitam que o país se destaque na produção de tecnologias avançadas.

Agropecuária

A agricultura, atividade econômica básica do país, responde por cerca de 20% do PIB indiano. Por causa das heranças do período colonial, ainda emprega quase metade da população economicamente ativa (cerca de 50%).

Contudo, poucos agricultores indianos contam com recursos técnicos adequados para direcionar a produção para fins comerciais. Esse fato, somado ao pequeno tamanho das propriedades dos camponeses — que resultou da reforma agrária realizada nos anos seguintes à independência da Índia —, contribui para que a maior parte da produção esteja voltada para o sustento familiar.

As áreas destinadas ao cultivo ocupam mais da metade da superfície total da Índia. As produções

de arroz e trigo, os principais produtos agrícolas do país e base da alimentação dos indianos, o colocam como segundo maior produtor mundial, superado apenas pela China.

Em virtude das crenças religiosas, os hinduístas (maioria da população indiana) consideram bois e vacas animais sagrados, portanto, não consomem carne bovina; por isso, a Índia detém o maior rebanho do mundo — cerca de 218 milhões de cabeças. O país ainda é responsável por quase 15% da produção mundial de leite, e mais de 50% do leite consumido pela população é de búfala. Há também expressivas criações de cabras, ovelhas, porcos e aves.

Embora a Índia tenha se tornado autossuficiente na produção de alimentos depois da chamada Revolução Verde, ainda hoje milhões de indianos sofrem de subnutrição e escassez de alimentos.

Entre os fatores que ajudam a explicar essa realidade, encontram-se as monoculturas destinadas à exportação, herança dos colonizadores britânicos, que, no passado, favoreceram a substituição das culturas alimentares pelas de exportação, com graves consequências para a alimentação do povo.

Hoje, as monoculturas de chá, algodão, café, juta e cana-de-açúcar, muitas delas em mãos de estrangeiros, ocupam vastas porções do território indiano em detrimento do plantio de produtos voltados à alimentação da população do país.

Indústria

Como também ocorreu em outras colônias europeias, o sistema produtivo indiano original foi desmantelado e substituído por uma economia comandada por necessidades externas.

A dominação colonial britânica, desde o século XVIII até 1947, interrompeu o desenvolvimento artesanal, industrial e tecnológico da Índia, que em alguns setores se encontrava adiantado.

É o caso do artesanato têxtil, que, além de abastecer a população, exportava o tecido graças à sua qualidade. Entretanto, como os britânicos estavam interessados em vender os próprios tecidos, adotaram uma política de preço baixo até conseguir desestruturar a produção têxtil local.

Esse fato ajuda a explicar o atraso industrial da Índia até sua independência, quando então passou a apresentar um desenvolvimento industrial mais acelerado. Podemos dizer, portanto, que se trata de um país de industrialização tardia.

Com a independência, a Índia adotou uma política econômica caracterizada pela intensa participação do Estado na economia. A partir de 1991, com a expansão da política econômica neoliberal no mundo, o governo indiano alterou

- ✓ **Papua Nova Guiné** – foi ocupada por britânicos, alemães e holandeses e, em 1975, tornou-se independente, constituindo-se como Estado
- ✓ **Ilhas Salomão** – tornaram-se independentes do Reino Unido em 1978;
- ✓ **República de Vanuatu** – antiga Novas Hébridas, tornou-se independente do Reino Unido em 1980;
- ✓ **República das Ilhas Fiji** – antiga colônia britânica, tornou-se independente em 1970;
- ✓ **Arquipélago da Nova Caledônia** – território francês ultramarino.

As ilhas na Melanésia são predominantemente montanhosas, vulcânicas e de clima tropical úmido. A população total é de aproximadamente 4,2 milhões de habitantes, dos quais cerca de 75% vivem na Papua Nova Guiné.

Micronésia

Com 3.300 quilômetros quadrados de terras emersas — cerca de um sexto da área territorial de Sergipe, o menor estado brasileiro — a Micronésia (termo proveniente do grego que significa “pequenas ilhas”) é formada por mais de 2.500 ilhas coralíneas e vulcânicas. Essas pequenas ilhas se estendem por uma superfície oceânica, cuja área é calculada em 8 milhões de quilômetros quadrados.

A descolonização da Micronésia acelerou-se a partir de meados do século XX, mas parte significativa dos territórios ainda mantém vínculo com potências externas. É o caso das Ilhas Marianas do Norte e Guam; as primeiras estão sob tutela estadunidense, e a segunda foi anexada pelos Estados Unidos. Outras ilhas e arquipélagos importantes dessa região são:

- ✓ **Palau** – ocupada por espanhóis, alemães e japoneses no passado. Após a Segunda Guerra Mundial, com autorização da ONU, foi administrada pelos Estados Unidos até 1981, quando então se formou como Estado • Nauru: tornou-se independente em 1968, tendo sido explorada até então por Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Austrália;
- ✓ **Kiribati** – ex-colônia britânica (antigas Ilhas de Gilbert), tornou-se independente em 1979;
- ✓ **Ilhas Marshall** – as ilhas foram ocupadas por Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Estados Unidos. Em 1979, já independentes, as Ilhas Marshall transformaram-se em república. Mais tarde, em 1986, por meio de um acordo com os Estados Unidos, que ofereceram ajuda financeira em troca da instalação e manutenção de bases militares no país, tornaram-se um Estado associado. Nas Ilhas Marshall, os Estados Unidos fizeram vários testes nucleares, tornando a região uma das áreas de maior contaminação radioativa do mundo.

Polinésia

A Polinésia (termo de origem grega que significa “muitas ilhas”) abrange milhares de ilhas e arquipélagos situados no Pacífico Central, numa vasta área de forma aproximadamente triangular delimitada por Nova Zelândia, Ilhas Midway (Estados Unidos) e Ilha de Páscoa (Chile).

Aí se encontra o Estado Independente de Samoa, localizado na parte ocidental do arquipélago de mesmo nome. Ocupado pela Alemanha e pela Nova Zelândia, em 1962. Samoa tornou-se independente, mas a porção oriental do arquipélago continua sob domínio estadunidense desde o final do século XIX.

Além de Samoa, a Polinésia compreende milhares de ilhas, como Tuvalu, ex-colônia britânica que se tornou independente em 1978, Bora Bora, Taiti, Sociedade, Ilhas Cook (Nova Zelândia), Pitcairn (Reino Unido) e Marquesas, entre outras que formam a Polinésia Francesa.

O atol de Mururoa, na Polinésia Francesa, foi palco de testes nucleares franceses desde 1960. Essa atividade cessou em 1996, em virtude de protestos mundiais, locais e regionais, levando a França a assinar o Tratado de Proibição de Testes Nucleares.

Austrália e Nova Zelândia

A incorporação da Austrália e da Nova Zelândia ao capitalismo se deu após a conquista europeia dos continentes africano, americano e asiático. A América, por exemplo, já estava inserida nos fluxos comerciais coloniais desde o século XVI, enquanto Austrália e Nova Zelândia só foram efetivamente incorporadas a esse sistema a partir do século XVIII.

A Colonização na Austrália

No início da colonização da América do Norte, os condenados britânicos eram enviados ao território que mais tarde daria origem aos Estados Unidos. Com a independência desse país, a Austrália, já conhecida dos europeus, surgiu como alternativa para abrigá-los, segundo consta nos relatos do capitão James Cook (1728-1779) feito à Coroa britânica.

O primeiro contingente de degredados desembarcou na Austrália, em 1788, nas proximidades da atual cidade de Sidney. Somava 717 pessoas, das quais 188 eram mulheres. Dessa data em diante, a Austrália se transformou em uma colônia penal, fato esse que, aliado à distância da Europa, desestimulou a imigração de ingleses e irlandeses. Nessa época — final do século XVIII e início do XIX —, eles migravam principalmente para os Estados Unidos.

Ocupação do Território Australiano

Posteriormente, três fatores contribuíram para a conquista e a ocupação das terras australianas pelos ingleses: o início da criação de ovelhas e carneiros, favorecida pelas excelentes condições naturais do território, e o consequente desenvolvimento de uma ativa indústria de lã (em 1831, a Austrália já exportava mais de uma tonelada de lã fina para as indústrias da Inglaterra); a descoberta de terras de grande fertilidade para o desenvolvimento da agricultura; e a descoberta de ouro em vários locais do território por volta de 1850.

Em 1820, a população de origem europeia era de apenas 38 mil pessoas; em 1850, já atingia 405 mil e, em 1860, ultrapassava um milhão. A partir daí, ocorreu um grande crescimento na economia australiana tendo por base as três atividades econômicas já citadas — e Londres via com entusiasmo esse desenvolvimento.

Como ocorrido durante a colonização europeia na África, na América e na Ásia, a conquista e a ocupação do território australiano pelos ingleses resultaram no massacre dos povos nativos, os chamados aborígenes.

Colonização na Nova Zelândia

O povoamento britânico da Nova Zelândia, a partir da primeira metade do século XIX, foi posterior ao da Austrália. Assim como ocorreu na Austrália, os nativos do território neozelandês — os maoris, povo do grupo étnico polinésio — ofereceram resistência à invasão de suas terras, mas foram vencidos pelos colonizadores.

A exemplo da Austrália, os fatores que estimularam a emigração para a Nova Zelândia e o desenvolvimento de sua economia foram: a criação de ovelhas e carneiros, a existência de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura e a descoberta de ouro, por volta de 1860.

Colonização de Povoamento

Os britânicos implantaram na Austrália e na Nova Zelândia, principalmente, núcleos de colonização de povoamento. Esse tipo de colonização difere da colonização de exploração implantada na maior parte da América a partir do século XVI e do neocolonialismo do século XIX, imposto na África e na Ásia.

Na colonização de povoamento, as famílias ou colonos que migravam tinham o objetivo de formar um novo lar. Assim, organizavam a produção a fim de atender às suas necessidades, ou seja, produzir para o próprio sustento e, caso houvesse excedente, comercializá-lo. Formaram, de início, pequenas propriedades rurais, com base no trabalho familiar,

e desenvolveram o artesanato doméstico, que depois se transformou em manufatura e indústria.

Essas características não eram observadas nas colônias de exploração, cujo objetivo principal era aproveitar o que a terra e a população da colônia pudessem fornecer para o enriquecimento da metrópole.

Relevo e Clima

Na maior parte do território australiano predominam as altitudes baixas, com vastas extensões planas e monótonas de planaltos e planícies. As porções mais elevadas localizam-se na porção oriental do país, próximo ao Oceano Pacífico, onde se encontra a Cordilheira Australiana.

Mesmo nessa formação, as altitudes não são tão elevadas e variam entre 500 e 1.500 metros em média; em sua porção sul localiza-se o ponto culminante do relevo australiano, o Pico Kosciusko, com 2.230 metros de altitude

A disposição da Cordilheira Australiana é fundamental para explicar o clima da Austrália. Essa formação serve de obstáculo à penetração de massas de ar oceânicas (úmidas). Desse modo, as massas de ar, em contato com as vertentes da cordilheira, provocam chuvas orográficas nas planícies litorâneas da fachada oriental. Nessa região a precipitação média anual está entre 1.000 e 1.500 milímetros, e mais de 1.500 milímetros anuais em alguns trechos. Mais para o interior, as precipitações decrescem, ficando entre 500 e 1.000 milímetros anuais.

Na Austrália, 33% do território recebe menos de 500 milímetros de precipitações por ano, e 30%, menos de 250 milímetros. Essa é a área de ocorrência de climas semiárido e árido, pois as massas de ar que aí chegam, após ultrapassar a Cordilheira Australiana, já estão secas.

Na porção leste do território, onde se situa a cidade de Brisbane, o clima é subtropical. Na porção sudeste, onde se localizam as cidades de Melbourne, Canberra e a ilha da Tasmânia, o clima é temperado por causa da maior latitude.

A porção norte, onde está a cidade de Darwin, por causa da ação das monções de noroeste é bem regada pelas chuvas. Situada em baixa latitude, tem clima tropical úmido, médias térmicas anuais em torno de 26 °C e precipitação média anual superior a 1.500 milímetros.

O efeito continentalidade se manifesta intensamente no território australiano, explicando a sua semiaridez e a aridez. Na região central, onde se situa a cidade de Alice Springs, no Monte Macdonnell, o termômetro pode cair de 45 °C durante o dia para -5 °C à noite, pois a reduzida

umidade do ar atmosférico favorece a dispersão do calor por irradiação.

Hidrografia

A escassa rede hidrográfica australiana está diretamente relacionada à aridez do seu clima. De modo geral, há poucos cursos de água no território e a maioria é de pequeno volume. Somente na porção leste-sudeste há rios expressivos: o Murray e o Darling. Ambos nascem na vertente oeste da Cordilheira Australiana e desembocam próximo de Adelaide, capital da Austrália Meridional.

Em contraposição, a Austrália possui abundantes lençóis subterrâneos. No interior, os poços artesianos são fundamentais, pois atingem os lençóis, permitindo o abastecimento de cidades e a prática de atividades agropecuárias.

Vegetação

Em virtude do clima, a Austrália conta com variada vegetação original: plantas xerófilas nas áreas áridas e semiáridas; estepes e savanas nas áreas de transição climática; e florestas nas regiões de maior pluviosidade. O eucalipto, espécie que necessita de muita água para seu desenvolvimento, é nativo da Austrália.

O isolamento geográfico contribuiu para a evolução de espécies animais muito particulares, como o canguru, símbolo do país.

População

A população da Austrália era estimada em mais de 23,9 milhões de habitantes em 2015; 92% são descendentes de europeus, 7%, asiáticos e 1%, aborígenes.

Como dito anteriormente, a ocupação humana do território australiano está relacionada, em grande parte, às condições climáticas. No interior, a aridez do clima não estimula a ocupação humana. Por isso, a concentração populacional ocorre nas porções litorâneas do território, onde há maior umidade, especialmente nas porções leste e sudeste. Assim, as densidades demográficas na Austrália variam de menos de 1 hab./km² a mais de 50 hab./km² — encontradas nas principais aglomerações urbanas.

Em 2014, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) australiano de 0,935 foi o segundo melhor do mundo, atrás apenas da Noruega, com 0,944. Isso reflete as boas condições de vida da população.

Economia

A atividade industrial na Austrália está concentrada nas áreas polarizadas pelas cidades de Sidney, Melbourne, Newcastle, Brisbane, Adelaide e Perth.

A produção industrial engloba setores de base e de bens de consumo, destacando-se o automobilístico, o siderúrgico, o petroquímico, o químico, o naval, o de cimento, o de papel, o de equipamentos elétricos, o aeronáutico, o têxtil, entre outros.

A Austrália exporta carvão mineral, mas depende da importação de petróleo para atender às suas necessidades internas. Porém, foram descobertas jazidas de petróleo no território, reduzindo consideravelmente a importação.

O país é ainda grande exportador de produtos agropecuários e minerais: trigo, carne, lã, fibras têxteis, carvão mineral, minério de ferro, bauxita, chumbo, zinco, ouro, níquel, manganês, prata e diamante industrial.

Com os investimentos estrangeiros no pós-Segunda Guerra Mundial, o país apresentou grande desenvolvimento econômico e intensa internacionalização de sua economia.

Vários setores (automobilístico, farmacêutico, cosméticos, petrolífero e mineração) são controlados por empresas britânicas, japonesas e estadunidenses.

Nova Zelândia

A Nova Zelândia, localizada no Pacífico Sul, em média latitude (estende-se dos 33° aos 55° de latitude sul), é formada por duas ilhas principais: a do Norte e a do Sul, separadas pelo Estreito de Cook. Juntas, elas somam 267.086 km², área pouco maior que a do estado de São Paulo (248.222 km²).

O Meio Natural

A Ilha do Sul é a mais montanhosa. Cortada pelos Alpes Neozelandeses na porção ocidental, apresenta estreita planície litorânea. A Ilha do Norte, embora não seja tão montanhosa quanto a do Sul, é a mais vulcânica. Nela, estende-se um planalto vulcânico de solos férteis com gêiseres e fontes de água quente, que evidenciam a juventude do relevo.

O clima é temperado oceânico, pois a disposição e dimensão das ilhas as tornam influenciadas pelo oceano (efeito maritimidade), com temperaturas suaves no inverno e verões mais frescos.

A precipitação bem distribuída propiciou o desenvolvimento de florestas de coníferas na maior parte do território neozelandês. Essa vegetação nativa foi, em grande parte, devastada pelos colonizadores para ampliar os campos de cultivo e pastagens. As poucas áreas remanescentes dessas florestas estão em lugares de difícil acesso nos Alpes Neozelandeses.

Os rios que cortam o território neozelandês são pequenos, em decorrência da limitada extensão territorial das ilhas.

População

Em 2015, a população estimada da Nova Zelândia era de 4,5 milhões de habitantes. Desse total, 71% são descendentes de europeus, 14% correspondem aos povos nativos (os maoris), 11% são descendentes de imigrantes asiáticos e 4% correspondem a imigrantes insulares do Oceano Pacífico (samoanos, polinésios etc.).

A capital do país, Wellington, tinha cerca de 370 mil habitantes em 2015.

Wellington é um importante centro industrial do país (indústrias químicas, têxteis, de telecomunicações, de bebidas, de carnes etc.). Auckland, a cidade mais populosa (1,4 milhão de habitantes), é também um dos principais centros industriais (química, lã, carne, pasta de papel e papel etc.).

Na Ilha do Sul, as cidades de Christchurch, com 351 mil habitantes, e Dunedin, ao sul da ilha, com 105 mil habitantes, destacam-se também como polos industriais.

A maioria da população neozelandesa é urbana (86%), embora a agricultura e a pecuária ocupem lugar de destaque na economia.

Economia

O setor agropecuário neozelandês é moderno, com uso de tecnologias avançadas. Os cultivos de trigo, centeio, milho, aveia, batata e frutas destinam-se a abastecer o mercado interno e externo, cujo principal comprador é a Austrália. Cerca de 20% da exportação é destinada a esse país.

O rebanho de ovinos, em 2011, era de aproximadamente 31 milhões de cabeças, média de 7 cabeças por habitante; o rebanho de bovinos, calculado em 10 milhões de cabeças, correspondia a 2,3 cabeças por habitante, média superior à do Brasil, que é de 1,1 cabeça por habitante.

Essas médias elevadas explicam o destaque que a Nova Zelândia possui como exportadora de carne, lã e laticínios.

A Nova Zelândia possui ainda diversos recursos minerais, destacando-se carvão mineral, minério de ferro, prata, ouro, pedra-nomes, gás natural e petróleo, estes dois últimos extraídos em pequena quantidade, o que faz do país um importador dessas fontes de energia.

A Nova Zelândia, a Austrália e a Papua Nova Guiné são membros da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), bloco econômico que, com países da Ásia e Estados Unidos, México e Peru, procura estimular o comércio no Pacífico.

Compreensão

1. Explique a divisão ou regionalização da Oceania em três grupos de ilhas.

2. O que há em comum entre as Ilhas Marshall e o atol de Mururoa na Polinésia Francesa?

3. Qual é a base econômica dos três conjuntos de ilhas da Oceania?

4. Que elemento do relevo australiano explica os elevados níveis de precipitação na vertente oriental do país?

5. Sobre a colonização da Austrália e da Nova Zelândia, faça o que se pede.

a) Explique o tipo de colonização implantado na Austrália e na Nova Zelândia pelos ingleses.

b) Compare esse tipo de colonização com a praticada no Brasil por Portugal.

6. Leia a seguir algumas afirmações sobre as características da população e da economia da Nova Zelândia. Copie a(s) afirmação (ões) falsa(s), corrigindo-a(s).

I. A maior parte da população neozelandesa é formada por descendentes de europeus, fruto do processo de colonização iniciado no século XIX.

II. Diferentemente da Austrália, a Nova Zelândia é pouco desenvolvida sob o aspecto social (baixos indicadores sociais), e sua economia é exportadora de produtos pecuários.

III.A agropecuária neozelandesa destina-se a atender tanto ao mercado interno quanto ao externo.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

Capítulo 14

Questões Ambientais

A intensificação do consumo de água no mundo tornou o acesso a esse recurso uma questão global. A distribuição da água doce no mundo é desigual e muitos países enfrentam sérios problemas com a carência de água potável, o chamado estresse hídrico.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a previsão é que, até 2050, a demanda mundial de água será 55% maior que a atual. Isso significa que mais de 2,3 bilhões de pessoas deverão ter sérios problemas de acesso à água.

A agricultura deverá ser a maior responsável pelo aumento do consumo de água no mundo, desviando grande parte desse recurso natural que seria destinado para o consumo direto.

Em boa parte do mundo várias pessoas sofrem com a falta de água limpa e com as secas. As águas poluídas e sem tratamento são fonte de muitas doenças, influenciando as taxas de mortalidade, principalmente a infantil, em especial nas áreas pobres. O uso de produtos químicos, como pesticidas e fertilizantes, e o despejo de esgotos domésticos e industriais sem tratamento, por exemplo, vêm contaminando nascentes e rios, no campo e na cidade, tornando as águas impróprias para o consumo.

Os recursos hídricos de rios, lagos e aquíferos subterrâneos são muitas vezes compartilhados por dois ou mais países.

Hoje já há áreas com problemas de abastecimento, como entre o Egito e o Sudão, que compartilham as águas do Rio Nilo, ou ainda entre a Turquia, a Síria e o Iraque, que repartem as águas do Rio Eufrates. Especialistas acreditam que, em poucos anos, uma das principais disputas entre povos e Estados será pelo controle de água potável.

As Mudanças Climáticas

Segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) de 2013, o aquecimento global é uma realidade e há 95% de certeza de que o ser humano seja responsável por mais da metade da elevação média da temperatura da Terra entre 1950 e 2010. Prevê-se que até 2100 a temperatura no globo suba ainda mais.

O Aquecimento Global

O aquecimento global decorre da presença de gases de efeito estufa na atmosfera. O efeito estufa é um fenômeno natural que mantém o planeta aquecido e gera as condições para o

desenvolvimento e a manutenção da vida no planeta.

Os chamados gases de efeito estufa originam-se da queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão e o gás natural, de queimadas, do desmatamento, assim como da decomposição da matéria orgânica.

As Conferências do Clima

A degradação ambiental se coloca como um problema global desde a segunda metade do século XX. Em Estocolmo, Suécia, em 1972, aconteceu a I Conferência sobre o Meio Ambiente. Nesse encontro foram discutidas pela primeira vez na história questões relacionadas ao meio ambiente, como poluição atmosférica e chuva ácida.

Em 1992, no Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92. Com a presença de 178 chefes de Estado, foram assinados tratados internacionais com o intuito de minimizar os efeitos da ação humana na natureza. Foi elaborada a Agenda 21, na qual objetivos foram traçados para se chegar a um plano de ação com o intuito de preservar o ambiente terrestre. Muito pouco foi feito em relação aos objetivos propostos.

Em 2012, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Esse encontro marcou os vinte anos de realização da ECO-92 e teve como objetivo traçar a agenda do desenvolvimento sustentável das próximas décadas. O documento "O futuro que queremos" lista intenções para que se alcance no futuro uma "economia verde". Ele aponta como as principais ameaças ao planeta a desertificação, o esgotamento dos recursos pesqueiros, a contaminação, o desmatamento, a extinção de espécies e o aquecimento global.

A grande crítica que se faz ao documento é que ele não traz proposições concretas para combater as ameaças ambientais que o mundo enfrenta.

Em 2012, o protocolo teve sua validade prorrogada até 2020, como ficou acertado durante a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-18), ocorrida na cidade de Doha, capital do Catar. Os diplomatas têm até 2015 para chegar às bases desse acordo.

Austrália, Canadá e Japão têm tido uma posição mais restritiva à adoção de medidas de controle de emissão dos gases de efeito estufa, o que certamente é um entrave nas negociações, embora os Estados Unidos tenham apresentado uma posição mais flexível do que anteriormente.

Capítulo 15

Ártico

Diferentemente da Antártida — uma imensa massa continental recoberta em boa parte por geleiras —, o Ártico compreende as terras setentrionais da América do Norte, da Europa, da Ásia e inúmeras ilhas e arquipélagos espalhados pelas águas polares, estendendo-se desde o Círculo Polar Ártico, a 66° de latitude norte, até o Polo Norte. Com aproximadamente 21 milhões de quilômetros quadrados, tem área total maior que a da América do Sul, calculada em 17,8 milhões de quilômetros quadrados.



Clima e Vegetação

O clima polar caracteriza o Ártico. As temperaturas médias variam entre e. No nordeste da Sibéria e na Groenlândia, no inverno, já foram registrados.

Por causa da inclinação do eixo de rotação da Terra, no verão ártico o Sol permanece no céu sem se pôr durante vários dias; é o chamado "Sol da meia-noite". No inverno ocorre o contrário: as noites têm longa duração.

A tundra é a vegetação típica, fonte de alimento dos mamíferos herbívoros, entre eles a rena ou caribu.

As Banquisas e os Icebergs

No Oceano Glacial Ártico, que circunda as terras emersas do Ártico, as águas congeladas formam as chamadas banquisas, ou seja, massas de gelo que podem atingir mais de 5 metros de espessura e cobrir mais de 14 milhões de quilômetros quadrados — quase o dobro da área territorial da Austrália (7.692.024 km²).

Enquanto as banquisas se formam por causa do congelamento das águas árticas, os icebergs se originam das geleiras continentais e, quando alcançam o oceano, flutuam, sendo levados pelas correntes marinhas.

Os icebergs constituem um grande perigo para a navegação. Para se ter ideia, a parte emersa de um iceberg pode corresponder a apenas um décimo de seu volume total.

História do Ártico

Desde remotas épocas, o ser humano, na sua inquietação e curiosidade diante do desconhecido, aventurou-se em expedições ao Ártico. Muitas dessas viagens tornaram-se lendárias, como a de um grego de nome Piteas, que, em 825 a.C., saindo do Mar Mediterrâneo, teria chegado ao extremo setentrional do litoral da Noruega. A Islândia, entretanto, que se estende de 63° a 67° de latitude norte, já no século VIII foi conhecida por irlandeses e colonizada pelos vikings da Noruega no século IX.

Muitas outras viagens se sucederam, principalmente entre os séculos XV e XVI, motivadas pelo desejo de alcançar os ricos mercados do Extremo Oriente. Muitos nomes dados aos mares, ilhas e arquipélagos do Ártico homenageiam os exploradores desse “Mar Branco”: Mar de Barents, Baía de Frobisher, Baía de Hudson, Baía de Baffin, Estreito de Bering.

Em 1891, o explorador estadunidense Robert Edwin Peary contornou a Groenlândia, provando sua insularidade, e em 1909 foi o primeiro a atingir o Polo Norte.

População

Cinco territórios têm faixas litorâneas voltadas para o Ártico: Rússia, Noruega, Islândia, Canadá, Estados Unidos — com o Alasca — e Groenlândia, a maior ilha do mundo, pertencente à Dinamarca.

Admite-se que, há pouco mais de quatro mil anos, o Ártico da América do Norte foi a última grande região do planeta a ser ocupada pelos humanos. Os povos autóctones do Ártico, frequentemente denominados inuítes ou esquimós, ocupam extensas áreas do Ártico há milhares de anos. São bastante diversos, sendo suas diferentes línguas e dialetos um bom indicativo dessa diversidade cultural. Os estudos da ocupação do Ártico canadense indicam que a chegada mais recente de grupos inuítes ocorreu há cerca de mil anos.

Diferentemente do Ártico americano, onde existe uma relativa unidade linguística (reconhecem-se muitas semelhanças nos dialetos), no Ártico europeu e asiático existe uma maior diversidade linguística, sugerindo que essas regiões foram ocupadas por povos muito diversos, entre eles os lapões, que habitam o norte da Escandinávia.

Os Inuítes

Os povos autóctones do Canadá enfrentam problemas como a preservação de suas línguas e culturas. Além disso, indígenas e inuítes — conhecidos no Canadá sob a denominação de Primeiras Nações — compartilham uma luta comum em favor de direitos sobre as terras habitadas por seus ancestrais há séculos.

Cansados de esperar providências governamentais para a legalização de suas terras, esses povos passaram a impedir a implantação de empreendimentos de exploração mineral, hidrelétricas etc., forçando o governo a reconhecer seus direitos.

Em 1976, um grupo inuíte propôs a criação de um território autônomo no Ártico. Finalmente, em 1o de abril de 1999 foi criado, em plena região polar, o novo território de Nunavut (palavra que significa “Nossa Terra”, na língua inuktitut). Localizada ao norte da Baía de Hudson, Nunavut possui 2 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 20% do território do Canadá), dos quais apenas 350 mil foram concedidos até o momento.

Dados recentes do governo canadense informam que Nunavut tem aproximadamente 30 mil habitantes — sendo 85% de inuítes —, população que cresceu cerca de 8% nos últimos anos. Embora não possua total autonomia do ponto de vista político, Nunavut tem direitos sobre a exploração dos recursos naturais da região, governo próprio, com sede em Iqaluit, e assembleia eleita, conferindo-lhe maior possibilidade de manter suas tradições e elementos culturais.

Os Efeitos do Aquecimento Global

Pesquisas e estudos têm demonstrado que o efeito estufa pode ser a principal causa das alterações climáticas. Esse importante fenômeno natural permite que a atmosfera, ao reter parte do calor irradiado pela Terra, mantenha a temperatura do planeta em equilíbrio. Entretanto, os estudiosos do clima têm relacionado a intensificação do efeito estufa com o maior acúmulo de gases provenientes do modo de vida implantado desde a Revolução Industrial.

Os gases que causam o efeito estufa — entre os quais o dióxido de carbono (CO₂) e o metano (CH₄) — são lançados na atmosfera pelas chaminés das fábricas, pelos escapamentos dos veículos automotores, pelas queimadas de formações vegetais etc., elevando, segundo as pesquisas, em 30% os gases do efeito estufa na atmosfera, em comparação com o que havia antes da Revolução Industrial. Esse acúmulo tem provocado maior retenção de calor na atmosfera, provocando o aquecimento global e, em consequência, alterações climáticas.

Segundo o quinto Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), de 2014, a temperatura média da Terra poderá aumentar em 5 °C até 2100 se nada for feito para evitar essa situação.

Com o aumento do aquecimento global, estima-se que tenha ocorrido um recuo de cerca de 14% da área de banquisas do Ártico, desde a década de 1970. Nesse ritmo, prevê-se que em 2080 as banquisas vão desaparecer durante o verão.

Alguns estudiosos afirmam que a liquefação das geleiras da Groenlândia já elevou o nível médio do oceano. Estima-se que, nesse ritmo, os efeitos poderão ser catastróficos; a corrente marítima do Golfo (Gulf Stream), por exemplo, amenizadora do clima da Europa Ocidental, pode ser alterada, tornando essa região mais fria.

Em muitos lugares do Ártico, o permafrost também está se descongelando. Caminhões que antes trafegavam em estradas congeladas têm atolado na lama, e o próprio oleoduto do Alasca encontra-se ameaçado pela mesma razão.

Somada aos efeitos do aquecimento global, a poluição do Ártico pela emissão de gases e partículas resultantes da atividade industrial da América do Norte e da Europa tem contribuído para a contaminação da cadeia alimentar dos povos do Ártico.

Referências

- AHEARN, Alison et al. 100 maravilhas do mundo moderno. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
- AKCELRUD, Isaac. O Oriente Médio. São Paulo: Atual, 1984.
- ANDREFF, Wladimir. Multinacionais globais. Bauru: Edusc, 2000.
- ARAIÁ, Eduardo. Aral um mar em agonia. Revista Planeta, São Paulo, n. 424, jan. 2008. Disponível em: <www.revistaplaneta.com.br>.
- ARBEX JR., José. Guerra Fria: terror do Estado, política e cultura. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica).
- BERND, Zilá. Racismo e antirracismo. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica).
- BIANCHINI, Stefano. La question yougoslave. Florença: Casterman/Giunti, 1996.
- BOND, Rosana; YASBEK, Mustafá. Oriente Médio. São Paulo: Ática, 2000.
- CHARLIER, Jacques (Org.). Atlas du 21e siècle 2013. Paris: Nathan, 2012.
- CHAUPRADE, Aymeric. Chronique du choc des civilisations. Paris: Editions Chronique, 2009.
- CHESNIER, Marie. Atlas de la mondialisation. 2. ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2007.
- CHIAVENATO, Júlio José. Ética globalizada & sociedade de consumo. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção Polêmica).
- CHOSSODOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.
- CISALPINO, Murilo. Religiões. São Paulo: Scipione, 1994.
- DOW, Kirstin; DOWNING, Thomas E. O atlas da mudança climática: o mapeamento completo do maior desafio do planeta. São Paulo: Publifolha, 2007.
- DOYLE, Craig. As melhores viagens do mundo. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.
- DRAPER, Robert. A Austrália secou. National Geographic Brasil, São Paulo, n. 109, abr. 2009.
- DUBY, George. Atlas historique Duby: toute l'histoire du monde en 300 cartes. Paris: Larousse, 2010.
- DURANT, Marie-Françoise et al. Atlas da mundialização: compreender o espaço mundial contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.
- IBGE. Atlas geográfico escolar. 4. ed.; 5. ed.; 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007; 2009; 2012.

IGLESIAS, Francisco. A Revolução Industrial. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KINDER, Hermann; HIGELMANN, Werner. Atlas histórico mundial I: de los orígenes a la Revolución Francesa. Madri: Istmo, 1970. v. 1.

LEITE, Marcelo; PIRES, Toni. No coração da Antártida. Folha de S.Paulo, 22 mar. 2009. Edição Especial.

LIESEMER, Dirk. Ataque nos trópicos. Revista GEO: um novo mundo de conhecimento, São Paulo, n. 22, fev. 2011.

LINHARES, Maria Yedda. A luta contra a metrópole (Ásia e África). São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAGNOLI, Demétrio. União Europeia: história e geopolítica. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Polêmica).

OLIVEIRA, Maria José Galleno de Souza. Refugiados ambientais: uma nova categoria de pessoas na ordem jurídica internacional. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 7, jun. 2010. Disponível em: <www.reid.org.br>.

ONU. World population prospects: the 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables. Nova York: ONU, 2015.

PANIKKAR, K. A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

PASSINI, Elza Yasuko. Japão: que país é este? Belo Horizonte: Lê, 1998.

PNUD; IPAD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Nova York: ONU, 2013.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. Nascemos livres: a Declaração Universal dos Direitos Humanos em imagens. São Paulo: SM, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução chinesa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Maurício. Divergências atuais no Oriente Médio: israelenses, palestinos e suas razões. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ONELLO, Márcia Nogueira. Feudos modernos. Guia do Estudante. 10. ed. São Paulo: Abril, 2010.

UNFPA. The State of World Population 2014. Nova York: UNFPA, 2014.

YAZBEK, Mustafá. Argélia: a guerra e a independência. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.